



ENTREVISTA

Sem considerar o minério de ferro, os caminhões respondem por praticamente 80% da movimentação de cargas no País, gerando custos elevados de logística e competitividade reduzida, afirma Wagner Cardoso, da CNI.

UNIÃO EUROPEIA
DELEGAÇÕES DE 10
PAÍSES EUROPEUS
DISCUTEM ABERTURA
COMERCIAL NA FIEG

RECURSOS HÍDRICOS
AS PROPOSTAS
DA FIEG PARA
PRESERVAR ÁGUA
E EVITAR O RISCO
DE NOVA CRISE

Goiás Industrial

ANO 66 / Nº 283 / AGOSTO 2018

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS



INFRAESTRUTURA
ENEL GOIÁS PLANEJA
INVESTIR MAIS DE
R\$ 4,0 BILHÕES NO
ESTADO ATÉ 2022

O golpe duplo NA ECONOMIA

A PARALISAÇÃO DOS CAMINHONEIROS LEVOU AO DESABASTECIMENTO E FREOU O JÁ MODESTO CRESCIMENTO DA ECONOMIA. A SOLUÇÃO ENCONTRADA PELO GOVERNO, COM O TÁBELAMENTO DO FRETE, TORNA O CENÁRIO AINDA MAIS NEBULOSO





**COM O MBA IEL NO
CURRÍCULO, A PROMOÇÃO
MUDA DE "SERÁ?"
PARA "QUANDO?".**

INSCRIÇÕES ABERTAS:
MBA em Gestão Industrial (Anápolis)
MBA em Liderança para Inovação (Goiânia)

MBA IEL. Feito para quem quer sempre mais.

 (62) 99980-2407 | www.ielgo.com.br



Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 283 / AGOSTO 2018



COMÉRCIO INTERNACIONAL

24 / Representantes de dez países europeus discutem na sede da Fieg maior aproximação comercial com o Estado e abertura de mercados.

CULTURA

34 / Com patrocínio de empresas, Sesi Goiás recorre a leis de fomento para levar projetos culturais a trabalhadores da indústria e a toda a sociedade.



Shutterstock

ESTÁGIOS

37 / Na 14ª edição, o Prêmio IEL Estágio promove estudantes, empresas, instituições de ensino e órgão público com experiências promissoras em inovação.

MADE IN GOIÁS

40 / Após consultoria do Senai, cerveja goiana Colombina chega ao mercado europeu e conquista medalha de platina em concurso internacional.

Alex Malheiros



BOAS PRÁTICAS SINDICAIS

44 / Os grandes vencedores da primeira edição em Goiás do Prêmio Nacional de Boas Práticas Sindicais.



Marcelo Pinho/AP/Imagem

O golpe duplo NA ECONOMIA

CAPA

14 / O bloqueio das rodovias pelos caminhoneiros nos últimos 11 dias de maio colocou um freio na economia, que já vinha de resultados bem modestos. O tabelamento do frete, solução encontrada pelo governo para pôr fim aos protestos, transforma-se em mais um problema, encarecendo os custos de transporte, reduzindo a competitividade e gerando mais inflação.



José Paulo Lacerda

OPINIÃO

5 / No artigo **A falta que a água faz**, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, alerta para cenário preocupante de nova crise de escassez hídrica. "Faltam planejamento e investimentos, fundamentais para que o País possa se antecipar e minimizar o custo ambiental e social que a escassez de água causa à qualidade de vida e ao desenvolvimento".

RECURSOS HÍDRICOS

30 / Fieg lança conjunto de propostas para estimular o consumo racional da água e preservar esse recurso. Com a campanha Água na Medida Certa, Sesi Goiás mobiliza alunos e professores de sua rede de escolas, também com o objetivo de evitar nova crise de escassez hídrica.



Shutterstock

INFRAESTRUTURA

28 / A Enel Goiás detalha na Fieg seu plano de investimentos para o período 2018/2022, com desembolsos previstos de R\$ 4,188 bilhões.

ENTREVISTA

8 / Diante da elevada dependência de caminhões e grandes deficiências em infraestrutura, a modernização do setor exigirá pelo menos duas décadas e o dobro dos investimentos realizados atualmente, avalia Wagner Cardoso, gerente de infraestrutura da CNI, em entrevista à **Goiás Industrial**.

POLÍTICA FISCAL

22 / Em entrevista à **Goiás Industrial**, o secretário da Fazenda, Manoel Xavier Ferreira Filho, afirma que a política tributária do Estado busca manter o equilíbrio fiscal e, simultaneamente, "combater a concorrência desleal e fomentar o setor produtivo".



SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente: Wilson de Oliveira

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiá, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Pedro Alves de Oliveira
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor: Hélio Naves
Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação Qualidade Brasil

Diretora: Sônia Rezende (interina)
Superintendente: Almir Blesio (interino)

DIRETORIA DA FIEG (2015-2018)

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

1º Vice-presidente: Wilson de Oliveira

2º Vice-presidente:
Antônio de Sousa Almeida

3º Vice-presidente:
Gilberto Martins da Costa

1º Diretor Secretário:
Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

2º Diretor Secretário: Heribaldo Egidio

1º Diretor Financeiro:
André Luiz Baptista Lins Rocha

2º Diretor Financeiro: Hélio Naves

Diretores

Sandro da Mabel Antônio Scodro
Otávio Lage de Siqueira Filho
José Nivaldo de Oliveira
Jaime Canedo
Pedro Silvério Pereira
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
João Essado
Elvis Roberson Pinto
Sílvio Inácio da Silva
Eliton Rodrigues Fernandes
Olympio José Abrão
Carlos Roberto Viana
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
José Antônio Vitti
José Luiz Martin Abuli
Wellington Soares Carrijo
Álvaro Otávio Dantas Maia
Jair Rizzi
Robson Peixoto Braga
Edilson Borges de Souza
José Divino Arruda
Domingos Sávio Gomes de Oliveira
Eduardo Cunha Zuppani
Mário Renato Guimarães de Azeredo
Emílio Carlos Bittar
Antônio Benedito dos Santos
Leopoldo Moreira Neto

Conselho fiscal

Célio Eustáquio de Moura
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Orizomar Araújo Siqueira

Conselho de representantes junto à CNI

Pedro Alves de Oliveira
Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior
Ailton Aires Mesquita
Alexandre Baldy de Sant'anna Braga
Álvaro Otávio Dantas Maia
Alyson José Nogueira
André Lavor Pagels Barbosa
André Luiz Baptista Lins Rocha
Antônio Alves de Deus
Antônio Benedito dos Santos
Antônio Humberto Alves de Sousa
Bruno Franco Beraldi Coelho

Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos Roberto Viana
Célio Eustáquio de Moura
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Bilemjian Filho
Eliton Rodrigues Fernandes
Elvis Roberson Pinto
Emílio Carlos Bittar
Enoque Pimentel do Nascimento
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Santana Rassi
Gilberto Martins da Costa
Heitor de Oliveira Nato Neto
Hélio Naves
Heribaldo Egidio
Ian Moreira Silva
Jaime Canedo
Jair José de Alcântara
Jair Rizzi
Jaques Jamil Silvério
Jerônimo David de Sousa
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Joana D'Arc da Silva
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Carlos Garrote de Sousa
José Divino Arruda
José Luiz Martin Abuli
José Nivaldo de Oliveira
Laerte Simão
Leopoldo Moreira Neto
Lúcio Monteiro dos Santos
Luiz Antônio Gonçalves Fidelis
Luiz Gonzaga de Almeida
Marcelo de Freitas Barbosa
Marcos André R. de Siqueira
Marley Antônio Rocha
Olavo Martins Barros
Osnei Valadão Marques
Otávio Lage de Siqueira Filho
Paulo Lobo de Araújo Júnior
Pedro de Souza Cunha Júnior
Plínio Boechat Lopes
Robson Peixoto Braga
Rodolfo Luiz Xavier Virgílio
Sandro da Mabel Antônio Scodro

Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Presidente: Heribaldo Egidio

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente: Bruno Beraldi

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente: Célio Eustáquio de Moura

Conselho Temático de Relações do Trabalho

Presidente: Eduardo Bilemjian Filho

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa

Presidente: Jaime Canedo

Conselho Temático de Responsabilidade Social

Presidente:
Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios

Presidente:
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais

Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente: Thais Aparecida Santos

Câmara Setorial de Mineração

Presidente: Wilson Borges

Câmara Setorial da Indústria da Construção

Presidente: Sarkis Nabi Curi

Câmara Setorial de Alimentos e Bebidas (Casa)

Presidente:
Sandro da Mabel Antônio Scodro

Rede Metrológica

Presidente: Melquiades da Cunha Neto

EXPEDIENTE

Goias Industrial
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Direção

José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo
Geraldo Neto

Edição
Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem
Andeláide Lima, Célia Oliveira e Daniela Ribeiro

Colaboração

Nelson Anibal Lesme Orué
Tatiana Reis
Adriana Moreno

Fotografia
Alex Malheiros

Projeto gráfico
Jorge Del Bianco

Capa, ilustrações e diagramação
Jorge Del Bianco
DC Design Gráfico e Comunicação

Impressão

Gráfica Kelps

Departamento Comercial
(62) 3219-1720

Redação e correspondência
Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 - Fax (62) 3229-2975

Home page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista



A falta que a água faz

“Faltam planejamento e investimentos, fundamentais para que o País possa se antecipar e minimizar o custo ambiental e social que a escassez de água causa à qualidade de vida e ao desenvolvimento.”

PEDRO ALVES DE OLIVEIRA, presidente da Fieg

Mais uma vez a escassez de água bate à nossa porta e, tomara, não venhamos a enfrentar os problemas vividos no segundo semestre do ano passado, drama de triste lembrança, de falta de água na Região Metropolitana de Goiânia e rodízio em cidades do interior.

Nesse contexto, em que persiste cenário desolador de, em pouco mais de uma década e meia, a demanda superar a oferta na maioria das bacias hidrográficas do Estado, a Fieg lançou o estudo Preservação e Conservação da Água e do Solo, um conjunto de propostas estratégicas

destinadas a enfrentar o problema (*leia matéria nesta edição*).

Fruto de esforço do Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg, presidido por Bruno Beraldi, com participação do antecessor Pedro Silvério e da assessora Elaine Farinelli, a mobilização envolveu outras entidades e órgãos públicos. É gratificante ver a repercussão obtida pelo trabalho logo em sua apresentação, ao agregar agentes importantes na missão de buscar soluções, a exemplo da Secretaria estadual de Meio Ambiente (Secima), Saneago, Câmara de Goiânia, entre outros.

Em pleno decreto de redução em 50% da captação do Rio Meia Ponte, medida que já afeta indústrias, a Secima ao menos descartou a possibilidade aventada de ampliar a restrição, o que representa algum alívio para empresas que utilizam água em seu processo produtivo.

A crescente escassez hídrica, que se intensificou nos últimos cinco anos, principalmente devido às mudanças climáticas, exige atenção de todos para sua solução: dos governos, em todas as esferas, da população e do setor produtivo. Faltam planejamento e investimentos, fundamentais para que o País possa se antecipar e minimizar o custo ambiental e social que

a escassez de água causa à qualidade de vida e ao desenvolvimento.

O diálogo sobre o uso racional e sustentável da água está na agenda da indústria e o agravamento da escassez é pauta frequente da **Goiás Industrial**, tendo merecido várias reportagens de capa com amplo debate do problema por empresários e especialistas.

O Sistema Fieg ainda promove e incentiva campanhas de caráter educativo voltadas à preservação do meio ambiente. As escolas Sesi no Estado trabalham em sala de aula, no decorrer do ano letivo, com projetos e atividades que contemplam o tema “água”, cujo objetivo principal é mostrar sua importância e as formas de preservação, especialmente em momento de escassez. Muito além do ambiente escolar, essas ações têm efeito multiplicador, ao envolver as famílias de nossos alunos. Um bom exemplo é a campanha Água na Medida Certa, que envolve todas as unidades da instituição no Estado. Lançada em junho, a iniciativa mobiliza cerca de 10 mil participantes quanto à utilização correta dos recursos hídricos.

Prevenir é preciso e melhor do que remediar! Nunca esse ditado foi tão apropriado. ◆

Miguel Ângelo/CNI



Indústria reitera defesa das reformas

Realizado no início de julho, em Brasília, com participação de lideranças do Sistema Fieg, o Encontro Nacional da Indústria (Enai), convenção anual do setor, defendeu priorização, pelo próximo governo do País, das reformas tributária, da Previdência e uma agenda de segurança jurídica, capazes de consolidar ambiente de negócios que contribua para aproximar o Brasil do grupo de países desenvolvidos.

No Diálogo da Indústria com Candidatos à Presidência da República, evento paralelo, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade (na foto, entre o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e o vice da CNI, Paulo Afonso Ferreira), disse que diálogo e construção de uma base de apoio no Congresso serão essenciais para Brasil avançar em propostas que contribuam para o crescimento sustentado.

Robô goiano vence Inova

Projeto desenvolvido pelo aluno Guilherme Orro, do curso técnico em mecatrônica, da Faculdade Senai Ítalo Bologna, de Goiânia, venceu a Mostra Inova, na categoria processos, realizada durante a 10ª Olimpíada do Conhecimento, encerrada em julho, em Brasília. Um sistema de vídeo inspeção robotizada para redes com tubos que possuem TIL radial com diâmetro de 100 mm ou mais propõe o uso de um robô para fazer a vistoria na tubulação de redes de água, esgoto ou gás. O equipamento é capaz de registrar fotos, fazer filmagens e analisar as redes para detecção e seleção de anomalias, com emissão de laudos de resolução dos problemas de forma precisa e ágil. “É um processo inovador, cuja característica mais importante é a substituição da sonda por sistema robotizado com TIL radial, capaz de penetrar até 150 metros em tubulações e fazer curva de 90 graus”, explica Orro. De 310 projetos inscritos, 50 foram selecionados para participar da mostra.

Carlos Moura/CNI



Robótica e inovação / Com soluções para desafios lançados pelas empresas Gerdau, Fiat Chrysler Automobiles, Ambev e Dassault Systems, alunos do Senai de Goiás integraram a equipe multidisciplinar Guerreiros Space-Time, campeã do Grand Prix de Inovação 2018, evento paralelo à Olimpíada do Conhecimento, realizada em julho, em Brasília. Goiás também fez parte da equipe Mega Mentas, segunda colocada na disputa. No desafio Robótica na Indústria (foto), Goiás conquistou medalha de ouro nas missões formada em dupla pelas equipes Robots (Sesi Canaã) e Inteltec (Sesi Espírito Santo).

Grupo Di Paula celebra a abertura de mais uma franquia

Conhecida por unir qualidade e estilo em moda fitness e praia há mais de 20 anos, o Grupo Di Paula inaugurou em julho mais uma franquia em Goiânia, no Shopping Cidade Jardim. Fundada em 1997 pelos idealizadores Hêlio Garcia e Maria Lúcia e Paula, a companhia conta com um parque fabril de mais de 20 mil m² na capital e produz mais de 1 milhão de peças por ano. Em franca expansão, a marca tem investindo na adoção do franchising, e-commerce e construção de sua nova matriz, em Trindade.

André Souza



● Douglas Duarte, gerente nacional de vendas e franquias, e Wellington e Paula, presidente do Grupo Di Paula, em inauguração de franquia no Shopping Cidade Jardim

Creme Mel aposta em novos sabores / Maior fabricante de sorvete

genuinamente brasileira e um dos maiores players da América Latina, desde que adquiriu a Zeca's Sorvetes – a maior do Nordeste e quinta do País –, a Creme Mel Sorvetes lança seis novos produtos de uma só vez. São os picolés de Açaí, Frutas Vermelhas, Algodão Doce, Nut Sensations, Grego Frutas Verdes e Grego Frutas Amarelas, já disponíveis em todos os pontos de venda ativos da marca espalhados pelo Brasil, totalizando 40 sabores de sorvetes e aproximadamente 30 de picolés, o maior mix do segmento. Fundada em 1987 por Antônio Santos, a marca está presente em seis Estados

brasileiros e produz por dia 250 mil picolés e 45 mil litros de sorvete.

A empresa possui nove centros de distribuição, em Brasília, Campo Grande, Uberlândia, Montes Claros, Betim, Palmas, Imperatriz e Vitória da Conquista. A sede fica em Goiânia e conta com aproximadamente mil colaboradores.



As 30 novas profissões que vão surgir com a Indústria 4.0

O mercado de trabalho vai se transformar diante da 4ª Revolução Industrial.

Novas profissões como engenheiro de cibersegurança, técnico em informação e automação, mecânico de veículos híbridos e projetista para tecnologias 3D devem surgir e se consolidar nos próximos cinco a dez anos, de acordo com estudo realizado pelo Senai. A previsão é de que surjam 30 novas ocupações em oito áreas sob maior impacto da chamada Indústria 4.0, termo utilizado para a integração do mundo físico e virtual por meio de tecnologias digitais, como Internet das Coisas, big data e inteligência artificial. O levantamento aponta as profissões, de nível médio e superior, que devem ganhar relevância nos segmentos automotivo, alimentos e bebidas, máquinas e ferramentas, petróleo e gás, têxtil e vestuário, química e petroquímica, tecnologias da informação e comunicação e construção civil. Leia mais no site <http://www.portaldaindustria.com.br/>

Senai Catalão no top 10 de projetos pedagógicos

Desenvolvida por docentes do Senai Catalão, uma bancada didática inclusiva para testar conhecimentos, estilo quiz, ficou entre os dez melhores projetos produzidos pelas 153 equipes que participaram do desafio Desvendando o Senai 4.0 – iniciativa de âmbito nacional que visa estimular a criação de uma solução pedagógica inédita para aprimorar o processo ensino aprendizagem. A Sboxe 4.0 promove a interação entre alunos e professores com jogos que facilitam o aprendizado dentro e fora da sala de aula, além de possibilitar a participação de pessoas com deficiência por meio de dispositivos sonoros e táteis.

No país dos CAMINHÕES

Na média, o modal rodoviário responde pelo transporte de mais de 60% de todas as cargas movimentadas no País. Retirando-se o transporte de minério de ferro, aquela participação sobe para algo em torno de 80%. “Poucos países do mundo utilizam tanto os caminhões para o transporte de longa distância quanto o Brasil”, afirma Wagner Cardoso, gerente executivo de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI). A dependência em relação aos caminhões deriva especialmente do baixo investimento em infraestrutura, gerando ineficiências em cadeia, elevando os custos logísticos e reduzindo a competitividade da economia brasileira. Nesse cenário, avalia Cardoso, em entrevista à **Goiás Industrial**, “a modernização do setor (de infraestrutura) demanda esforço de cerca de duas décadas”, o que exigirá mais do que dobrar os investimentos atuais, com “mobilização de recursos públicos e, principalmente, privados”.

Goiás Industrial – Na avaliação da CNI, houve algum avanço em relação à situação da infraestrutura logística no País nos últimos anos? Quais foram esses avanços e que impactos trouxeram para a competitividade da indústria em particular e da economia em geral?

Wagner Cardoso – Os avanços foram poucos. A constatação disso está na última pesquisa CNT de rodovias, que avaliou 61,8% do estado geral da malha pavimentada brasileira como regular, ruim ou péssimo. Os pontos positivos na área de infraestrutura logística estão nas concessões e privatizações realizadas no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). No último ano, quatro grandes aeroportos foram transferidos à iniciativa privada, além do arrendamento de quatro áreas portuárias e prorrogação do contrato de um terminal portuário. Outro avanço decorreu da aprovação da Lei nº 13. 448/2017, que trata da prorrogação e relicitação de projetos previstos no PPI. O texto da lei permite a adequação nos contratos de empreendimentos que enfrentam problema de viabilidade e viabiliza a integração da malha ferroviária nacional pela garantia contratual de capacidade de transporte a terceiros outorgados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), garantindo-se o direito de passagem, de tráfego mútuo e de exploração por operador ferroviário independente. Essas medidas viabilizaram um aumento da participação privada no setor de logística, com efeitos positivos para toda a economia.

Goiás Industrial – Quais os principais gargalos nessa área e de que forma eles influenciam os custos logísticos no País? Como esse custo tem evoluído ao longo do tempo no Brasil? É possível compará-lo hoje com os principais concorrentes do Brasil no mercado internacional? ►

“O BRASIL É O PAÍS DOS CAMINHÕES. MAIS DE 60% DO TRANSPORTE DE CARGAS DEPENDE DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO. DESCONSIDERANDO O TRANSPORTE DE MINÉRIO DE FERRO, O MODAL RODOVIÁRIO RESPONDE POR CERCA DE 80% DO TOTAL DE CARGAS TRANSPORTADAS NO PAÍS”

José Paulo Lacerda



Cardoso - O histórico baixo investimento em logística é o principal gargalo do setor, tendo relação direta com a persistência de problemas como uma matriz de transporte extremamente dependente do modal rodoviário, estagnação e sucateamento da malha ferroviária, ineficiência e burocracia na cadeia logística dos portos, falta de planejamento no setor aeroportuário, dentre outros. O Brasil tem também uma governança mal estruturada, com uma institucionalidade inconsistente, por conta da escassez de recursos existentes nos órgãos públicos responsáveis por selecionar, estruturar e executar projetos de infraestrutura. Além de projetos mal elaborados, há também uma quase completa inoperância dos órgãos de controle interno, o que faz com que os investimentos de infraestrutura apresentem uma série de desafios. Os atuais modelos globais de produção são especializados em etapas das cadeias de valor, localizadas em diferentes regiões. Para que a economia brasileira se insira nessas cadeias de valor, são necessários investimentos em fornecimento de energia, logística de transporte e telecomunicações. O Brasil figura, em diferentes rankings internacionais que medem a qualidade de infraestrutura dos países, atrás da grande maioria de seus competidores internacionais.

Goiás Industrial - É possível ter uma visão do volume de investimentos realizados nos últimos anos em infraestrutura logística e qual o investimento necessário para colocar o País em condições mais competitivas vis-à-vis com seus principais concorrentes externos?

Cardoso - O Brasil investe pouco em infraestrutura. Os recursos aplicados representam, em média, 2% do PIB por ano, mas deveriam alcançar ao menos 4,15% para a superação dos gargalos existentes e equiparação com seus competidores internacionais. O histórico de baixo investimento está diretamente associado à preponderância do setor público na execução dos empreendimentos em infraestrutura e, como consequência, na sua ineficiência em comparação com o setor privado. Em se tratando do setor de logística, percebe-se uma queda constante nos recursos aplicados

pelo Ministério dos Transportes, que em 2017 alcançaram apenas R\$ 9,3 bilhões, montante que nos últimos dez anos não foi inferior apenas ao de 2015. A modernização do setor demanda esforço de cerca de duas décadas. São necessários mais investimentos, mobilização de recursos públicos e, principalmente, privados. Esses investimentos devem vir acompanhados de uma melhor capacidade de execução de projetos.

Goiás Industrial - O País ainda se recupera do recente bloqueio de suas principais rodovias pelos caminhoneiros. Em sua visão, quais foram as principais causas do protesto e que impactos a greve trouxe e ainda trará para a economia?

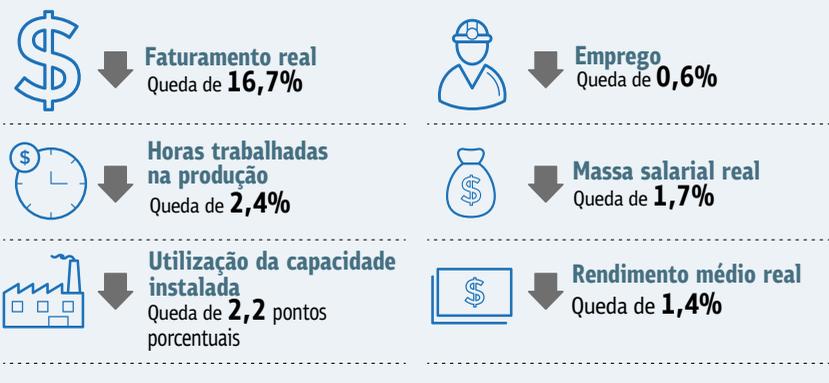
Cardoso - O transporte rodoviário

de carga vive crise sem precedentes no Brasil. O aumento na quantidade de transportadores, tanto de autônomos quanto de empresas, levou ao acirramento da concorrência que, em um contexto de queda da demanda causada pela crise e falta de fiscalização, resultou em grande ociosidade na frota de caminhões. A situação do setor, que começava a se equilibrar com a progressiva retomada da atividade econômica e recuperação nos níveis de frete, voltou a se complicar com as paralisações. Os prejuízos com a greve foram imensos. O desabastecimento causado pela paralisação dos serviços de transporte em maio e as medidas tomadas para solucionar o problema afetaram significativamente o desempenho da indústria. Todos os indicadores registraram queda em maio, com destaque para o tombo de 16,7% no faturamento

“ **O DESABASTECIMENTO CAUSADO PELA PARALISAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE EM MAIO E AS MEDIDAS TOMADAS PARA SOLUCIONAR O PROBLEMA AFETARAM SIGNIFICATIVAMENTE O DESEMPENHO DA INDÚSTRIA** ”

INDICADORES INDUSTRIAIS - MAIO 2018

Variação frente a abril de 2018 - com ajuste sazonal



real da indústria, descontados os efeitos sazonais, maior queda mensal da série.

Goiás Industrial - O que esperar daqui em diante, considerando-se o tabelamento do frete rodoviário?

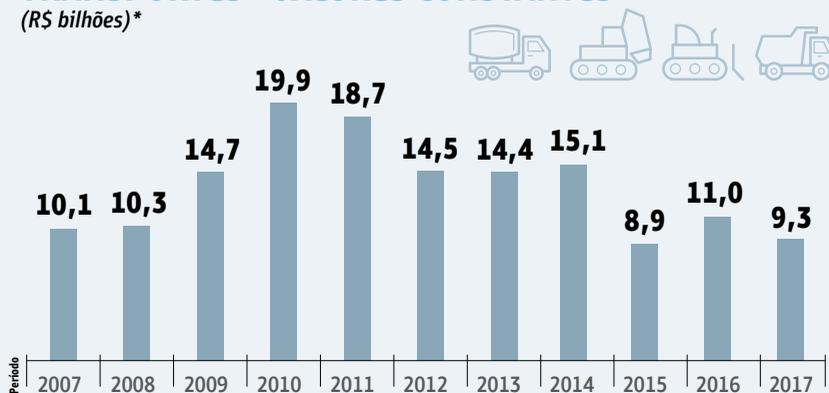
Cardoso - O País enfrenta agora o grande risco de perpetuar os efeitos negativos da greve em função das medidas adotadas para encerrá-la, com destaque para a proposta de estabelecimento de preços de frete mínimo para o transporte rodoviário. O estabelecimento de uma tabela vinculativa para fretes fere o princípio constitucional da livre concorrência e o aumento dos custos de fretes terá efeito cascata nos preços em toda a economia. O ideal para o setor seria ter uma tabela de referência para os preços dos fretes e adotar outras medidas para equilibrar o mercado de transporte de cargas, como aumentar a fiscalização dos veículos, retomar a construção de Pontos de Parada e Descanso (PPD) para os caminhoneiros, rever a política de preços da Petrobras para o diesel, dentre outras.

Goiás Industrial - Sabidamente, a logística brasileira continua dependente dos caminhões. Diante dos investimentos (ainda que bastante reduzidos) ocorridos nos últimos anos na infraestrutura do setor, houve alguma alteração na participação dos diversos modais no transporte de cargas? Qual a participação de cada modal atualmente?

Cardoso - O Brasil é o país dos caminhões. Mais de 60% do

INVESTIMENTOS DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - VALORES CONSTANTES

(R\$ bilhões)*



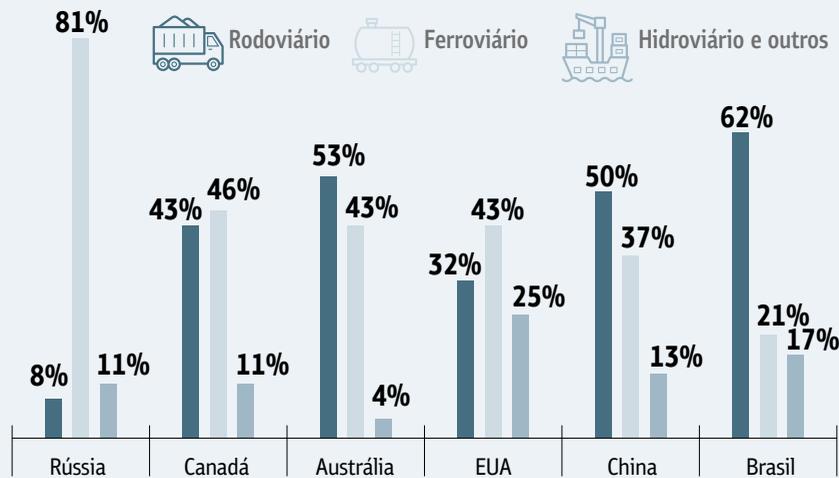
(*) Total de recursos pagos com o orçamento anual e restos a pagar pagos. Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI. Recursos atualizados pelo IPCA.

transporte de cargas depende do transporte rodoviário. Desconsiderando o transporte de minério de ferro, o modal rodoviário responde por cerca de 80% do total de cargas transportadas no País. Poucos países do mundo utilizam tanto os caminhões para o transporte de longa distância quanto o Brasil. O transporte de produtos da Zona Franca de Manaus desde Belém até São Paulo, em um percurso de quase 3 mil quilômetros, é um exemplo. O caminhão também transporta mercadorias ao longo da costa brasileira, do Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte. Austrália e China também apresentam forte presença do modal rodoviário. A diferença é que esses países têm maior utilização do transporte ferroviário para o transporte de longas distâncias. No Brasil, essa opção é limitada.

Goiás Industrial - Em estudo recente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), realizado pela InterB, estima-se que seriam necessários em torno de R\$ 76,0 bilhões apenas para concluir 7 mil obras inacabadas na área federal. Incluindo projetos paralisados nas áreas estadual e municipal, esse valor subiria para R\$ 144,0 bilhões. Quais os efeitos dos cortes nos investimentos públicos em infraestrutura e da paralisação de projetos sobre a economia?

Cardoso - O Brasil investe pouco em infraestrutura e parte do que investe acaba preso em obras paralisadas, que consomem recursos e não geram benefícios. As paralisações não são consequência da comple- ▶

MATRIZ DE TRANSPORTES DE CARGAS (Países selecionados)



Fonte: Elaboração própria com dados da ABDIB

xidade dos projetos, mas sim de falhas básicas na forma como o setor público executa seus projetos de infraestrutura. Pode-se perceber a falta de planejamento e a ausência de bons controles internos como os principais causadores dessas paralisações. Isso explica a descontinuidade do financiamento, a má qualidade dos projetos de engenharia, a complicada execução das desapropriações, a dificuldade de obter licenças ambientais e as várias recontrações. Os custos associados, resultantes dos benefícios que deixam de ocorrer e do custo da imobilização de recursos escassos, somam dezenas de bilhões de reais, em empreendimentos que deixam de gerar emprego e renda para o País.

Goiás Industrial - Olhando à frente, se o horizonte político permitir, o que se pode esperar em relação ao comportamento dos investimentos em infraestrutura logística no País? Quais os investimentos esperados e que valores

“O BRASIL INVESTE POUCO EM INFRAESTRUTURA. OS RECURSOS APLICADOS REPRESENTAM, EM MÉDIA, 2% DO PIB POR ANO, MAS DEVERIAM ALCANÇAR AO MENOS 4,15% PARA A SUPERAÇÃO DOS GARGALOS EXISTENTES E EQUIPARAÇÃO COM SEUS COMPETIDORES INTERNACIONAIS”

deveriam ser investidos para compensar a depreciação e ainda prover alguma atualização ao setor?

Cardoso - A infraestrutura brasileira é um dos principais entraves à competitividade do País. O Estado não conseguirá elevar os investimentos nessa área, ao nível necessário, sem a participação do setor privado. Para tanto, é preciso ter regras claras e estáveis, além de um sistema regulatório eficiente e profissionalizado, e avançar no processo de privatização e de concessão. Sabe-se que o Brasil investe pouco em in-

fraestrutura. Estimativas revelam que o País deveria aplicar no mínimo 5% do PIB no setor, boa parte em logística. O programa do governo federal Agora é Avançar fez um bom levantamento da necessidade de investimentos no setor. Com intuito de dar continuidade ou concluir 7.439 obras que estão paralisadas, o programa estima valor total de investimentos previstos da ordem de R\$ 130,9 bilhões, em todos os setores da infraestrutura. ♦

28 e 29 de agosto
em Dourados/MS

Inscriva-se!

Curso de Trading School
Milho e Soja

(51) 3290-9200 (11) 95219-7239 educacional@safras.com.br

www.safras.com.br

safrasmercado

safras
&mercado
EDUCACIONAL



Uma pedra no caminho

“O instituto legal prevê que as empresas no regime do Simples Nacional tenham todo tratamento tributário especial e diferenciado, o que significa que a lei geral é um regime tributário e não um benefício fiscal.”

JAIME CANEDO, presidente do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa da Fieg (Compem)

A Lei complementar 123/2006 ficou mais conhecida como Lei Geral e Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Mais tarde foi criada a figura do microempreendedor individual (MEI), com objetivo nobre e muito avançado para a época de “fomentar o desenvolvimento e a competitividade da micro e pequena empresa e do microempreendedor individual, com geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia”.

O instituto legal prevê que as empresas no regime do Simples Nacional tenham todo tratamento tributário especial e diferenciado, o que significa que a lei geral é um regime tributário e não um benefício fiscal, como entende o setor de fiscalização nacional, estadual e municipal.

Por entender como benefício fiscal, Estados e municípios demoraram a regulamentar a Lei Geral, com medo de perder receitas, que na verdade não tinham, pois, a maioria dos empreendedores estava na informalidade e gerava renda, mas não impostos diretos.

Estados e municípios buscaram retardar ao máximo a regulamentação da Lei Geral, com demora de três anos em alguns casos. Mesmo após a regulamentação, os Estados passaram a procurar um meio de frear o crescimento de empresas que surgiam e se enquadravam no Simples. E dentre muitas medidas, passaram a cobrar o diferencial de alíquota interestadual para muitos produtos, principalmente quando a venda tinha como base o número no Cadastro de Pessoa Física (CPF). Essa mercadoria, no entanto, destinava-se à revenda, a exemplo das sacoleiras de cosméticos, gerando renda e, portanto, consumo no comércio local, assim como arrecadação de impostos indiretamente, o que não é bem visto pela fiscalização que deseja que o imposto venha de forma direta por meio de várias modalidades de cobrança.

O Estado de Goiás foi um dos últimos a cobrar o diferencial de alíquota e a ele deu o nome de Difal, com a edição do Decreto 9104, de 5 de dezembro de 2017, em vigor desde março deste ano. O propósito é corrigir desequilíbrios entre as indústrias do Estado e seus concorrentes em outros Estados, favorecendo a produção local, especialmente no caso das

empresas enquadradas no Simples. Para corrigir isso, o decreto estabelece que todo produto manufaturado comprado pelo comércio e serviço local será tributado pelo Difal. A indústria local que está no regime do Simples ficou de fora ao adquirir matéria-prima. O impasse começou a surgir devido ao parágrafo segundo do artigo primeiro do referido decreto, que tributa os produtos intermediários, como material de embalagem, secundário, destinado à utilização em processo de industrialização. Esse artigo e parágrafo são incongruentes com o processo industrial, pois como importar a matéria-prima e fabricar o produto e não embalar, rotular, colocar em caixas de transporte? Impossível. Como resolver o caso das franquias? Compras de produtos acabados que não existem na indústria local?

Após várias reuniões técnicas, a Fieg propôs isentar os produtos intermediários, com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE). Os assessores da Sefaz acharam que seria difícil para o fiscal de barreira fazer essa verificação. A Fieg prepara agora proposta de nova redação para artigo primeiro e seu parágrafo segundo de tal forma que facilite a cobrança do Difal e preserve a competitividade das indústrias goianas, protegendo o bolso do consumidor. No caminho sempre haverá uma pedra chamada imposto. Até quando? ◆



TODA A ECONOMIA VAI PAGAR ESSA CONTA



Greve dos caminhoneiros freia o crescimento já modesto da economia e tabelamento do frete tende a produzir mais inflação e perda de competitividade

Lauro Veiga Filho

Consultores e analistas ainda esperavam os números de junho da indústria, do comércio e do setor de serviços, que seriam divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no decorrer de agosto, para ter visão mais aproximada do estrago produzido pela greve dos caminhoneiros sobre a atividade econômica, assim

● **Bloqueio:** caminhoneiros protestam em maio contra aumentos quase diário do diesel e agravam a crise na economia



Tomasz Sliwa/Agência Brasil

como da capacidade de reação dos mercados após os eventos do final de maio. Como se recorda, em protesto contra a política de preços adotada pela Petrobras, que havia elevado os preços do óleo diesel em praticamente 15% entre janeiro e o começo daquele mês, os caminhoneiros e empresas de transporte bloquearam

rodovias, causando desabastecimento quase generalizado nos 11 dias finais de maio, com desdobramentos sobre todas as instâncias da vida econômica.

A reação do governo, no entanto, ajudou a semear maior desconfiança e acirrou as incertezas em relação ao desempenho da economia no restante do

ano. O tabelamento do frete, com a adoção de uma política de preço mínimo para o transporte rodoviário de carga, tende a aumentar ainda mais os custos de uma logística concentrada em caminhões mesmo em trajetos de longo curso, quando notoriamente a ferrovia seria uma opção mais eficiente. Como resultado, são esperadas pressões renovadas sobre os preços em geral e, portanto, sobre a inflação, com perda relativa de competitividade para a economia em geral, sobretudo para o agronegócio, em que a dependência do modal rodoviário parece ser mais aguda.

Numa estimativa inicial do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos), aponta Maurício Lima, sócio-diretor do instituto, o tabelamento do frete deverá elevar os custos logísticos em quase 20% para toda a economia, impondo despesa extra de praticamente R\$ 80,0 bilhões sobre um custo total que hoje já alcança R\$ 438,0 bilhões, em grandes números, dos quais R\$ 380 bilhões são de responsabilidade do transporte rodoviário.

O estrago pode ir além disso. As previsões para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano, que já não eram muito alentadoras, perderam força nas semanas seguintes ao fim da paralisação, enquanto o mercado calibrava ligeiramente para cima suas estimativas para a inflação. Segundo o relatório Focus, espécie de termômetro utilizado pelo Banco Central (BC) para aferir a “temperatura” dos mercados, até a semana encerrado em 18 de maio, dias antes do início da movimentação, as equipes de consultores e economistas a serviço do setor financeiro apostavam num crescimento de 2,5% para o PIB. Duas semanas depois, a projeção havia sido reduzida, na mediana das previsões, para 2,18%, embicando ladeira abaixo na sequência até atingir 1,5% em 13 de julho. Correndo numa faixa menos otimista, o Itaú BBA passou a trabalhar com previsão de avanço de 1,3% para o PIB neste ano. ▶

Num movimento inverso, os prognósticos para a inflação nos 12 meses do ano, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), saíram de 3,50% antes da greve para 4,17% em 6 de julho, recuando levemente para 4,15% no dia 13 daquele mesmo mês. Nessa área, as estimativas tendem a sofrer alguma reversão diante dos números mais favoráveis aferidos pelos institutos de pesquisa de preços. O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S), do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), mostra forte desaceleração entre o final de junho e as duas primeiras semanas de julho, com a taxa de variação mensal média dos preços recuando de 1,19% para 0,67%. Da mesma forma, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), medido na capital paulista pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe), saiu de 1,07% nas quatro semanas encerradas em 22 de junho para 0,37% na segunda quadrimestre de julho.

PERDAS (QUASE) GENERALIZADAS

Numa avaliação mais geral, os números de maio vieram negativos para os principais setores da economia, segundo as pesquisas de produção industrial, vendas do comércio varejista e sobre o setor de serviços, feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Na passagem de abril para maio, a produção da indústria desabou 10,9% em Goiás, repetindo o tombo registrado para todo o setor no País. Comparado a maio do ano passado, houve retração de 15,7% (muito acima da redução de 6,6% observada em todo o País), o que levou a indústria goiana a acumular recuo de 3,6% nos cinco primeiros meses deste ano.

No varejo ampliado, que inclui concessionárias de veículos, motos e autopeças e lojas de materiais de construção, além dos ramos varejistas mais tradicionais, o volume de vendas baixou em maio 6,1%

Fernando Frazão-Agência Brasil



● **Desabastecimento:** com as rodovias bloqueadas, combustíveis se esgotaram nos postos, levando a novas altas de preços

diante de abril e encolheu 1,8% frente a maio de 2017. No setor de serviços, o volume de negócios caiu 5,6% entre abril e maio e ficou 4,8% menor do que no quinto mês do ano passado, mostrando recuo de 0,4% nos cinco primeiros meses deste ano frente idêntico intervalo de 2017.

Os setores mais atingidos

Os efeitos do desabastecimento provocado pelos 11 dias de bloqueio das rodovias persistiam ainda ao longo de junho, embora com menor intensidade, segundo pesquisa recente do Ibre/FGV. “A greve elevou ainda mais o nível de incerteza. Considerando que os agentes econômicos são avessos ao risco, consumidores tendem a adiar compras e empresas, investimentos. Todos os fatores que vinham influenciando negativamente a confiança se acentuaram”, analisa a coordenadora das sondagens da instituição, Viviane Seda.

Em maio, de acordo com o levantamento, o setor mais afetado foi o comércio, com 90,5% das empresas ouvidas confirmando prejuízos com a greve. A indústria surge em segundo lugar, com 89,5% das respostas, seguida pelos setores de servi-

IMPACTO DA GREVE POR SETOR



(Respostas em porcentagem das empresas)

Setores	Maio	Junho
Indústria	89,5%	59,1%
Comércio	90,5%	56,7%
Serviços	66,3%	36,1%
Construção	64,0%	32,8%

Fonte: Ibre/FGV

ços (66,3%) e de construção (64,0%). Na análise por segmento, os impactos mais severos foram percebidos nas indústrias de máquinas e equipamentos, veículos automotores, reboques e carrocerias e outros equipamentos de transporte, com 100% das respostas indicando perdas em algum nível. Não por acaso, as concessionárias de veículos, motos e autopeças lideraram as respostas negativas no comércio, com 94,1%. Os serviços de transportes (90,4%) e serviços prestados às famílias (82,5%) foram as mais afetadas nessa área. Na construção, as perdas foram mais sentidas no segmento de obras de arte especiais e outros tipos de obras (84,1%).



● **Consumidor desconfiado:** menor nível de confiança no futuro pode levar famílias a adiar compras, afetando toda a economia

Em junho, a indústria assumiu a liderança entre os setores de atividades mais penalizados pelas sequelas da greve, com 59,1% das empresas ainda registrando dificuldades em função da greve. No comércio, nos serviços e na construção, havia problemas ainda em 56,7%, 36,1% e 32,8% das empresas entrevistadas.

Entre os consumidores ouvidos pela sondagem, mais da metade (52%) disseram ter sido atingidos negativamente, com maior impacto negativo (59,2%) para famílias com renda mensal superior a R\$ 9,6 mil. Para 77% deles, a falta de confiança no governo está entre os principais motivos para o menor otimismo em relação ao futuro e as incertezas políticas foram citadas por 64% deles. Na visão dos empresários, a maior influência negativa está principalmente no ritmo lento da economia, com 62% das respostas, seguido por incertezas políticas (57%) e falta de confiança no governo (48%).

CONFIANÇA ABALADA

Na prévia de sua sondagem industrial, divulgada em 19 de julho, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostra redução no nível de confiança da indústria de 100,1

para 99,6 pontos em junho, enquanto o índice que traduz o estado de ânimo do setor em relação à situação atual registrou leve melhoria, saindo de 95,1 para 98,5 pontos, depois de ter superado modestamente a marca dos 100 pontos em abril e maio. A expectativa em relação aos rumos da economia daqui em diante, por sua vez, encolheu de 105,0 para 100,7 pontos, o mais baixo desde janeiro deste ano. A pesquisa aponta ainda redução de 76,2% para 75,9% no nível de utilização da capacidade instalada no setor industrial.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei), elaborado pela Confede-

ração Nacional da Indústria (CNI), que havia despencado 5,9 pontos em junho, avançou lentamente para 50,2 pontos em julho, somando mais 0,6 pontos – o que significa dizer que sequer repôs os níveis observados antes da greve. O Índice de Condições Atuais saiu de 53,5 pontos em março para 50,1 em maio, despencando para 42,4 em junho para elevar-se até 43,6 pontos em julho, o que indica ainda tendência de piora no cenário atual. Já o Índice de Expectativas registrou tímida elevação de 53,2 para 53,5 pontos entre junho e julho, muito abaixo dos 61,7 pontos anotados em março.

Curtumes param tudo pela primeira vez

A paralisação dos caminhoneiros teve efeitos “gravíssimos” para o setor de couros no Estado, afirma o presidente do Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás (Sindcurtume), Emílio Carlos Bittar. Pela primeira vez em toda a trajetória da indústria, os curtumes foram obrigados a paralisar a produção. “Isso nunca havia acontecido, porque a indústria não fecha nem na sexta-feira da Semana Santa e nem no Natal, mas paramos com a greve, por falta de matéria-prima e de insumos”, constata Bittar, acrescentando que os frigoríficos de bovinos igualmente paralisaram os abates. ►

LENTIDÃO APÓS A GREVE

Mês/2018	Índice de Condições Atuais*	Índice de Expectativas**
Março	53,5	61,7
Abril	51,5	59,4
Maio	50,1	58,2
Junho	42,4	53,2
Julho	43,6	53,5



(*) O Índice de Condições Atuais varia no intervalo 0 a 100. Valores abaixo de 50 indicam piora da situação corrente

(**) O Índice de Expectativas varia no intervalo 0 a 100. Valores acima de 50 indicam expectativa otimista

Fonte: CNI

Fotos: Alex Malheiros



● **Emílio Bittar:** durante movimentação, pelo menos 20 mil couros apodreceram em cima de caminhões retidos nas rodovias



● **Joaquim Guilherme Barbosa de Souza:** “A queda na produção que sazonalmente ocorre nos períodos secos neste ano foi antecipada”

Em sua estimativa, pelo menos 20 mil peles apodreceram em cima dos caminhões que ficaram retidos durante o bloqueio e acabaram se transformando em adubo. Os 12 curtumes legalmente em operação no Estado processam, em média, 15 mil peças de couro por dia, o que significa dizer que a greve causou a perda de quase um dia e meio de produção, aproximadamente.

Mas a conta dos prejuízos ainda está por ser fechada. “Na verdade, o prejuízo é incalculável”, diz Bittar, porque a falta de insumos e de matérias-primas causou problemas em cascata, afetando não apenas a produção de couro curtido, mas os

embarques do produto para o exterior, com custos pelo atraso no carregamento de navios e perda de contratos de exportação.

Na sequência, o caminho encontrado pelo governo para fazer com que os caminhoneiros retomassem o transporte foi longe de adequado. “O tabelamento do frete é absurdo e a fixação de um valor mínimo para o transporte de carga inviabiliza nosso negócio”, sustenta Bittar. O frete entre a planta industrial e o porto de Santos chegou a subir 53%. “O mercado não paga todo esse aumento. Por enquanto, ainda temos reservas para suportar a situação e atender aos clientes, à espera de uma solução que exclua o tabelamento”, afirma.

Cinquenta milhões de litros jogados fora

A indústria de laticínios e os produtores de leite não terão como repor as perdas sofridas durante os 11 dias de paralisação das rodovias. A produção que deixou de ser realizada, algo em torno de 50,0 milhões de litros, equivalentes a cinco ou seis dias de produção nas usinas, afirma Alfredo Luiz Correia, do Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás (Sindileite), não poderá ser recuperada. Entre outros motivos, porque os produtores não tiveram como alimentar os plantéis com ração, que ficou bloqueada nas estradas, e as vacas encerraram o ciclo de lactação mais cedo, o que significou redução em torno de 15% a 20% na capacidade de produção nas fazendas.

“A queda na produção que sazonalmente ocorre nos períodos secos neste ano foi antecipada”, observa Joaquim Guilherme Barbosa de Souza, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Goiás (OCB-GO). “A greve impactou bastante o setor, porque não há como armazenar leite in natura e nem como deixar de ordenhar as vacas. As perdas causaram profundo desânimo em todo o setor”, avalia Barbosa.

De acordo com Correia, os 170 laticínios formais em operação no Estado captam em média perto de 10,0 milhões de litros por dia, dos quais 8,0 milhões a 9,0 milhões são processados. A paralisação, em suas contas, causou perdas entre R\$ 120,0 milhões e R\$ 150,0 milhões ao longo da greve. Em todo o País, foram jogados fora 600 milhões de litros de leite, segundo ele. Entre outras consequências, a falta de leite e derivados no mercado provocou altas nos preços cobrados do consumidor final, pressionando a inflação, com aumentos mais pronunciados no caso do leite longa vida.

Correia estima ainda elevação de praticamente 50% nos custos de frete como resultado do tabelamento. “A medida afeta muito o transporte de ração para as propriedades, a movimentação do leite das fazendas para as usinas e seu escoamento até os pontos de venda. São três fretes, portanto”, observa ele. Conforme Barbosa, o custo de transporte do sal desde o Nordeste, principal fornecedor, praticamente dobrou. “Vivemos um longo período sem tabelamentos. Acredito que a tabela foi adotada em momento de fragilidade política do governo, mas não acho que ela deverá vigorar de fato”, sugere o presidente da OCB-GO, até pelas dificuldades técnicas para sua implantação em todo o País.

No setor de leite, lembra ele, há grande disparidade e uma capilaridade muito grande. “As estradas vicinais utilizadas no escoamento da produção desde as propriedades rurais têm péssima qualidade e temos ao mesmo tempo rodovias asfaltadas e duplicadas. Mas a tabela não considera essas diferenças e não contribui para a produtividade da cadeia produtiva. Num prazo mais longo, o tabelamento é insustentável”, afirma ainda Barbosa.

CAPTAÇÃO SOFRE BAIXA DE 30%

Com planta em Itaberaí, a Citale Brasil, que explora a marca Copo de Leite, registrou queda de 30% na captação,

deixando de receber 30,0 mil litros de leite durante a greve, segundo o empresário e proprietário da usina Ananias Justino. “Tivemos de paralisar a produção durante dois dias”, conta ele. A empresa só não sofreu mais porque consegue captar o leite num raio de 50 quilômetros e os bloqueios dos caminhoneiros foram apenas parciais na região. Na distribuição, no entanto, “ficamos com três caminhões de produtos acabados parados na estrada”, afirma.

As perdas de faturamento foram agravadas ainda pelas dificuldades enfrentadas pelos clientes que não conseguiram fluxo de caixa para pagar seus compromissos e pediram a prorrogação do vencimento de duplicatas, relata Justino. “Todo o problema trouxe ainda custos que não estavam programados”, acrescenta ele. Desde o tabelamento, a Citale, que tem grande parte da frota terceirizada, deixou de contratar frete com motoristas autônomos e a movimentação de cargas tem sido feita por meio de empresas de transporte.

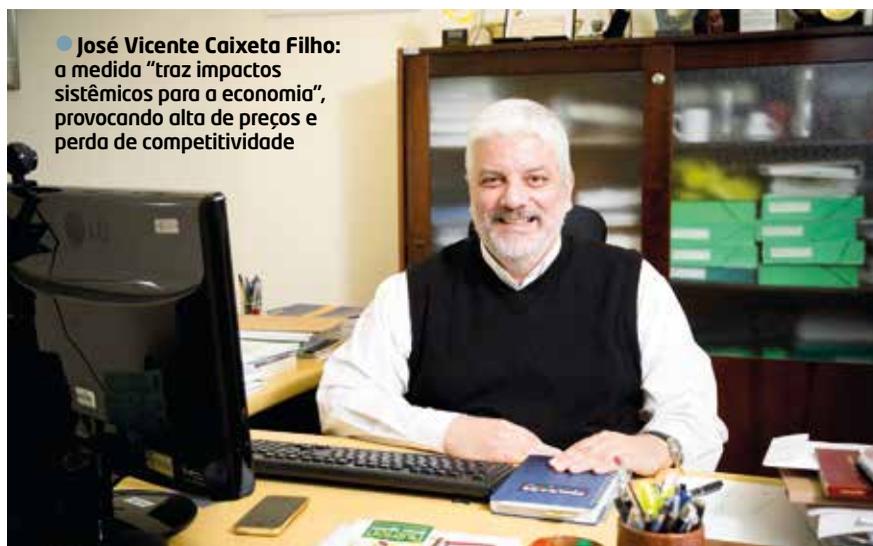
As perdas do agronegócio com a tabela do frete

Aprovada no dia 11 de julho pelo Congresso, a Medida Provisória 832, que cria uma política de preços mínimos para o transporte rodoviário de cargas e transfere à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) a responsabilidade para definir o tabelamento do frete nas estradas, travou o mercado agrícola, encareceu os custos logísticos no agronegócio e pode ainda afetar sua competitividade no mercado internacional.

“O tabelamento de fretes soa como ‘amadorismo’ quando ‘tenta regular’ estruturas de mercado que se assemelham à concorrência perfeita”, avalia Elisângela Pereira Lopes, assessora técnica da Comissão Nacional de Logística e Infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). “A formação do preço do frete do agronegócio brasileiro é oriunda



● **Elisângela Pereira Lopes:** “O tabelamento de fretes soa como ‘amadorismo’ quando ‘tenta regular’ estruturas de mercado que se assemelham à concorrência perfeita”



● **José Vicente Caixeta Filho:** a medida “traz impactos sistêmicos para a economia”, provocando alta de preços e perda de competitividade

Gerhard Weller

de uma estrutura de mercado que busca o equilíbrio entre oferta e demanda dos serviços de transporte e que não estritamente se estabelece pela estrutura de custos de transporte”, acrescenta o professor José Vicente Caixeta Filho, coordenador geral do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial (Esalq-Log), da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP).

O setor, na verdade, foi lançado a uma espécie de “limbo político” diante da indefinição na mais alta corte de Justiça do País, afirma Luiz Cornacchioni, diretor executivo da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). Isso porque o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF),

adiou para o final de agosto o julgamento das ações que contestam a constitucionalidade da MP, agora já transformada em lei.

Entre os últimos dias de maio e o final de agosto, estima Elisângela, apenas no transporte de milho e soja, numa conta adicional de R\$ 500,0 milhões por dia, as perdas poderiam acumular algo acima de R\$ 30,0 bilhões. “A tabela cria distorções graves por sua baixa qualidade técnica e ainda por não estabelecer qualquer parâmetro de produtividade, o que pode estimular a ineficiência”, sustenta Maurício Lima, do Ilos. O especialista aponta que os custos de transporte no Brasil representavam, em 2016, em torno de 6,6% do Produto Interno Bruto (PIB), diante de ▶

4,8% nos Estados Unidos, saindo de algo próximo a 10% há três ou quatro décadas. Essa redução, prossegue Lima, foi obtida por meio de ganhos de produtividade, durante um processo de desregulamentação e de investimentos em infraestrutura. “Como não temos infraestrutura adequada, o País acaba fazendo o transporte de forma menos eficiente, onerando os custos de transportes”, pondera.

Para o presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), Sérgio Mendes, levando-se em conta os volumes compromissados de soja em grão, milho e farelo de soja para exportação entre junho e dezembro deste ano, num total de 44,784 milhões de toneladas, o gasto adicional com frete pode chegar a US\$ 1,791 bilhão (em torno de R\$ 7,0 bilhões). Mais US\$ 936,0 milhões (R\$ 3,60 bilhões) correspondem ao impacto da tabela sobre a movimentação de 15,6 milhões de toneladas de soja da próxima safra, negociada antecipadamente pelos produtores. O estrago total, já incluindo o encarecimento do frete de retorno trazido pelo tabelamento, está projetado em US\$ 2,727 bilhões (R\$ 10,6 bilhões aproximadamente), apenas no transporte daqueles três produtos até os portos.

Caixeta afirma que a medida “traz impactos sistêmicos para a economia”, provocando, entre outros efeitos, alta nos preços dos alimentos, “contribuindo não só para a elevação da inflação, mas também para aumentar o custo de produção dos produtores rurais e das indústrias”. A CNA projeta, de acordo com Elisângela, aumento de 12,1% para os custos do arroz, das carnes, do feijão, leite, ovos, tubérculos, frutas e legumes, que respondem por 90,4% da cesta básica. Em outro cálculo, incluído na petição apresentada ao STF em junho pela Anec e Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiove), os custos mais altos determinados pela tabela tenderiam a produzir elevação de 0,92 ponto de porcentagem na taxa de

inflação e redução de R\$ 20,7 bilhões na massa salarial, estimando-se perdas gerais de R\$ 53,2 bilhões para toda a economia.

DIFERENÇAS DE ATÉ 150%

Os valores mínimos inicialmente determinados pela ANTT superavam os preços praticados no mercado em até 150%, a depender das distâncias percorridas e do tipo de carga, com diferenças mais acentuadas no transporte de fertilizantes, segundo trabalhos do Esalq-Log, CNA e Agroconsult. “O maior impacto observado é no preço do frete de cargas de retorno, tais como fertilizantes, em que o preço do frete mais do que dobrou”, aponta o pesquisador Thiago Guilherme Péra, coordenador técnico da Esalq-Log.

O transporte de uma tonelada de soja entre Nova Mutum, em Mato Grosso, até o porto de Paranaguá, no Paraná, custaria, na média do mercado, algo em torno de R\$ 240, segundo dados do Sistema de Informações de Fretes (Sifreca), desenvolvido pelo grupo de pesquisas em logística da Esalq. Com a tabela, o custo subiria praticamente 48%, para R\$ 355. No retorno, saindo de Paranaguá para Sorriso (MT), o frete no transporte de fertilizantes ficaria praticamente 83% mais elevado, saltando de pouco menos de R\$ 213 para R\$ 389. “No geral, as simulações apresentaram aumentos que atingem até 51% para o transporte de grãos, considerando frete retorno e de até 152%, se o caminhão retornar sem carga”, afirma Elisângela, da CNA.

Gasto em dobro e margens em baixa

Numa determinação que não havia sido explicada até julho pela ANTT, acrescenta André Nassar, presidente da Abiove, o embarcador “tem de pagar em dobro se não houver frete de retorno”. As grandes tradings do setor de soja, prossegue Nassar, apresentavam exposição de US\$ 3,0 bilhões em frete para originar a safra,



● **André Nassar:** incerteza em relação ao custo do frete coloca em risco modelo de negócios que tornou o País grande player global na área de grãos



Alcino Cezar

● **Fabio Meneghin:** margens para a soja podem cair até 41%, com prejuízos para o milho safrinha ainda neste ano

uma despesa que deverá ficar 30% mais alta com o tabelamento, sem considerar ainda a exigência de pagamento em dobro pelo frete de retorno. “Nesse caso, o gasto a mais dobraria de US\$ 900 milhões para US\$ 1,8 bilhão”, afirma ele.

Nas simulações da Agroconsult, os preços do frete tenderiam a subir até 44%, no caso do transporte de grãos de Passo Fundo para Rio Grande, no Rio Grande do Sul, com alta de 37% no trajeto de Sorriso (MT) a Paranaguá (PR). Mas para o frete de Rio Verde (GO) a Santos (SP) e de Ribeirão Preto (SP) até o mesmo porto, a consultoria estimava redução entre 6% e 8%.

Mantidos os valores mínimos estabelecidos pela ANTT, observa Fábio Meneghin, sócio da Agroconsult, haverá impacto direto sobre os preços e margens no campo. A rentabilidade esperada para a soja neste ano, se prevalecer o tabelamento, deverá cair 41% em Sorriso e 10,6% em Rondonópolis, recuando em torno de 8% em Passo Fundo e 3,6% em Luiz Eduardo Magalhães, na Bahia. As margens para o milho safrinha na região de Sorriso entrariam no vermelho, conforme Meneghin, com perda de R\$ 327 por hectare.

Na visão de Nassar, o tabelamento coloca sob risco o próprio modelo de negócios que “permitiu ao Brasil ser o maior produtor de soja e o terceiro maior produtor de milho do mundo”. Nesse modelo, o plantio é financiado em parte pelas tradings, que negociam a compra antecipada das safras a preços pré-fixados com base no mercado futuro em Chicago e adiantam recursos ao produtor. As incertezas em relação aos valores do frete impedem a precificação dos grãos, emperando as operações de pré-financiamento.



“A maior ameaça é em relação à próxima safra, já que não tem havido negociação para venda antecipada, há problemas nas entregas de fertilizantes e talvez tenhamos um plantio com menor adubação e num calendário mais apertado, deixando a safra mais sensível a perdas de produtividade”, sustenta Nassar. ◆

● **Sob crítica:** solução encontrada pelo governo para por fim ao movimento, a tabela do frete deve causar mais distorções

ANTES E DEPOIS

(Impactos do tabelamento do frete antes e depois da Resolução 5820, da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT)

Rotas de escoamento de grãos	Antes da greve (R\$/t) 17/05/18	Tabela ANTT (R\$/t) 31.05.18	Diferença (R\$/t)	Variação
Sorriso (MT) – Paranaguá (PR)	288	394	106	37%
Londrina (PR) - Paranaguá (PR)	90	95	5	6%
Rio Verde (GO) – Santos (SP)	186	176	-10	-6%
Rondonópolis (MT) – Santos (SP)	230	272	42	18%
Rio Preto (SP) – Santos (SP)*	80	74	-6	-8%
Passo Fundo (RS) – Rio Grande (RS)	75	108	33	44%
Balsas (MA) – Itaqui (MA)	130	149	19	15%
Lem (BA) – Aratu (BA)	152	169	17	11%

(*) Sacos de 50 quilos - principal rota de escoamento de açúcar
Fonte: Agroconsult



Incentivo na DOSE CERTA

*“A política tributária do Estado tem como objetivo principal manter o equilíbrio fiscal, combater a concorrência desleal e fomentar o setor produtivo, que é a força motriz do desenvolvimento econômico goiano”, afirma o secretário da Fazenda, Manoel Xavier Ferreira Filho, em entrevista à **Goiás Industrial**. Ele detalha a reorganização na tributação do arroz, comenta as propostas de mudança nos incentivos para o setor de gesso e na geração distribuída de energia elétrica, antecipando que as sugestões estão sendo discutidas e exigirão estudos mais detalhados, especialmente no tratamento tributário na área de eletricidade. Ainda de acordo com o secretário, o Estado segue rigorosamente o cronograma para convalidação dos incentivos fiscais em vigor até o dia 8 de agosto de 2017.*



“ESTUDAMOS E MANTEMOS ABERTAS AS POSSIBILIDADES DE OFERECER, DENTRO DO QUE PERMITE A LEGISLAÇÃO, AS MELHORES CONDIÇÕES POSSÍVEIS PARA AQUELES QUE INVESTEM NO ESTADO”

Goiás Industrial - Como o secretário avalia o decreto que reorganiza a tributação aplicada ao transporte de arroz e regula o enquadramento da indústria do setor no Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (Protege Goiás)? O que mudou e como isso afeta o setor?

Manoel Xavier Ferreira Filho - O decreto nº 9.220, publicado em maio deste ano, mas com efeito retroativo a 1º de dezembro de 2017 no que se refere ao aproveitamento do crédito

correspondente à aquisição do arroz, atende reivindicação apresentada pelos produtores de arroz ao governo. Antes, eles tinham dúvidas sobre o aproveitamento de crédito no serviço de transporte do produto, do frete, pois o frete poderia estar embutido na nota fiscal ou não. Havia os dois casos. Resolvemos o problema e agora não há diferenciação se a operação foi feita com cláusula CIF (com frete) ou FOB (sem frete) na nota fiscal. A distorção foi corrigida e o imposto referente ao serviço de transporte passou a ser aproveitado pelo contribuinte integralmente nas aquisições interestaduais, o que foi bom para o segmento.

Goiás Industrial - *Há algum estudo para a revisão do benefício de 95% concedido pelo Microproduzir a indústrias do setor de plásticos? Qual a possibilidade de o incentivo passar a ser concedido apenas a empresas que desejem se instalar na região Nordeste de Goiás?*

Manoel Xavier - No momento, não estamos discutindo essas questões. Até mesmo porque a legislação eleitoral traz algumas limitações que devem ser respeitadas.

Goiás Industrial - *Como estão encaminhados os estudos para redução da pauta do ICMS cobrado na entrada de matérias-primas para a indústria goiana de gesso? A secretaria examina ainda a possibilidade de dificultar a entrada no Estado de placas prontas de gesso, de forma a estimular a produção local?*

Manoel Xavier - A política tributária do Estado tem como objetivo principal manter o equilíbrio fiscal, combater a concorrência desleal e fomentar o setor produtivo, que é a força motriz do desenvolvimento econômico goiano. Nesse sentido, estudamos e mantemos abertas as possibilidades de oferecer, dentro do que permite a legislação, as melhores condições possíveis para aqueles que investem no Estado.

Goiás Industrial - *O convênio 016/2015 do Confaz isentou a cobrança de ICMS nas operações de distribuição de energia elétrica por unidades de geração distribuída com potência de até um megawatt. Há a possibilidade de ampliar o benefício para geração de até 5,0 MW em Goiás, conforme proposta encaminhada pelo setor empresarial ao então governador Marconi Perillo?*

Manoel Xavier - Essa é uma demanda que exige estudos aprofundados. Como disse anteriormente, nossa proposta é trabalhar em parceria com o setor produtivo oferecendo condições para o aquecimento da economia interna, mas sem perder de vista o equilíbrio fiscal.

Goiás Industrial - *Como tem avançado o processo de convalidação dos benefícios fiscais no Confaz? Há uma equipe destacada especialmente para acompanhar esse processo dentro da secretaria, há planos para tornar os trabalhos mais fluidos e permitir maior integração com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento? Como tem caminhado esse trabalho de registro e convalidação no caso de benefícios mais antigos?*

Manoel Xavier - Após autorização da convalidação pelo Confaz em dezembro do ano passado, a equipe técnica da Receita Estadual, ligada à Assessoria de Representação no Confaz e Relações

Federativas e a Gerência de Normas e Regimes Especiais, tem seguido rigorosamente o cronograma previsto no Convênio 190/2017. Cronograma esse que foi teve os prazos ampliados após mudança no texto discutida e aprovada na última reunião em Brasília, no dia 5 de julho. O primeiro prazo foi 29 de março, quando Goiás e os outros Estados realizaram a publicação dos atos, vigentes em 8 de agosto de 2017, referentes aos benefícios fiscais a serem convalidados. No último dia 29 de junho, o governo de Goiás também cumpriu o prazo para registro e depósito dos Termos de Acordo de Regime Especial (Tares) junto ao Confaz. Embora Goiás já tenha cumprido o cronograma dos atos vigentes, o Confaz ampliou a data limite de registro e depósito para 31 de agosto deste ano.

Goiás Industrial - *Qual o passo seguinte?*

Manoel Xavier - O próximo prazo a ser seguido será 28 de dezembro, trata-se da publicação dos atos de convalidação dos benefícios mais antigos, não vigentes no dia 8 de agosto de 2017. Já o registro e depósito dos Tares poderá ser feito até 31 de julho de 2019. Sendo assim, em relação à convalidação, tudo segue dentro do cronograma previsto. Goiás está entre os Estados mais organizados no cumprimento dos procedimentos para convalidação dos benefícios. ◆

“**EM RELAÇÃO À CONVALIDAÇÃO, TUDO SEGUIE DENTRO DO CRONOGRAMA PREVISTO. GOIÁS ESTÁ ENTRE OS ESTADOS MAIS ORGANIZADOS NO CUMPRIMENTO DOS PROCEDIMENTOS PARA CONVALIDAÇÃO DOS BENEFÍCIOS**”





● **União Europeia e Goiás:** durante seminário na Fieg, delegações de 10 países europeus, representantes do empresariado e do governo discutem oportunidades de negócios

Fotos: Alex Malheiros

NO CARDÁPIO, A ABERTURA DE MERCADOS

Maior aproximação entre Goiás e União Europeia ainda depende do futuro das negociações do acordo entre o bloco europeu e o Mercosul

A maior aproximação e o incremento consequente nas relações comerciais entre a União Europeia e Goiás, de certa forma condicionados ao futuro das negociações iniciadas há quase duas décadas entre o bloco europeu e o Mercosul, formado por Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, foram a peça principal do cardápio servido durante o seminário Perspectivas Econômicas e Oportunidades de Negócios entre UE e o Estado, realizado no final de junho, na Casa da Indústria. O evento, promovido em parceria pela Confederação Nacional da Indústria (CNI),

Fieg e Delegação da União Europeia no Brasil, reuniu representantes comerciais e conselheiros econômicos de dez embaixadas (Dinamarca, Áustria, Alemanha, Itália, Eslovênia, Chipre, Bélgica, Espanha, Portugal e Países Baixos), empresários, consultores e especialistas em relações exteriores.

A agenda da UE prevê encontros regionais com empresários e governos estaduais, como parte da estratégia comercial do bloco, que busca solucionar problemas e facilitar acesso ao mercado brasileiro, conforme Nicola Ardito, chefe da Seção de Comércio e Investimento da Delegação da UE para o Brasil. Goiás, lembra o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, foi escolhido para sediar o encontro com representantes do Centro-Oeste, entre outros motivos, porque sua economia tem crescido acima da média nacional e teria sido menos afetada pela crise dos últimos anos.

Em sua visão, o melhor desempenho pode ser explicado, entre outros fatores, pela interação entre governo e iniciativa privada nas últimas duas décadas. O cenário econômico e as possibilidades de crescimento à frente, acredita Pedro Alves,



● **Pedro Alves:** cenário econômico e perspectivas futuras tendem a facilitar aproximação comercial com bloco europeu

seriam suficientes para dar sustentação a busca de maior aproximação e ao desenvolvimento de “relação harmoniosa” entre o Estado e o bloco europeu.

Emílio Bittar, presidente do Conselho Temático de Comércio Exterior da Fieg (CTComex), aponta a relevância da integração entre o Brasil e a UE para as empresas e destaca que essa aproximação seria ainda mais importante para Goiás. Eventos como o seminário realizado pela Fieg e CNI, prossegue ele, disparam um “processo interessante de troca de conhecimentos e experiências, que podem ter desdobramentos nas áreas de inovação e de tecnologia”, além de permitir visão mais próxima do que se produz no Estado, facilitando o fechamento de negócios e contratos, eventualmente. “Quanto mais conseguirmos exportar, mais vamos trazer riqueza, renda e geração de empregos para Goiás”, afirma Bittar.

Um acerto ainda complicado

O avanço das negociações entre Mercosul e UE, iniciadas em 1999, supostamente favoreceria a ampliação dos negócios entre as regiões, a depender da formatação final de um acordo que ainda parecia distante no início deste segundo semestre. “Seria muito positivo se chegássemos a um acordo antes de completar o vigésimo aniversário desde o início da aproximação entre os dois blocos”, observa Nicola Ardito.

Ele reconhece que as negociações são “complicadas” e envolvem níveis de complexidade que têm retardado sua conclusão. “Temos de ser otimistas. Seria um pecado mortal não conseguir (fechar o acordo)”, afirma, lembrando que as conversações foram retomadas com maior vigor apenas em 2016, depois de anos de esfriamento relativo nas tratativas entre as duas partes. Os dois últimos encontros ministeriais entre as delegações do Mercosul e da UE, ocorridos em Buenos Aires, no ano passado e em Bruxelas, em julho deste

ano, no entanto, não trouxeram resultados definitivos e a expectativa de encaminhar os termos finais de um acordo foram transferidos para setembro, quando os ministros dos dois blocos voltarão a se reunir.

A despeito das dificuldades, Ardito enxerga vantagens para os dois lados se um acordo vier a ser firmado. Falando a uma plateia de empresários, representantes do governo do Estado e acadêmicos, o representante da delegação europeia mostrou que a UE poderá deixar de desembolsar por ano algo como € 4 bilhões em impostos tarifários, atualmente exigidos pelo Mercosul sobre produtos exportados por empresas europeias. “Isso porque 90% dos produtos teriam redução de tarifa, com desgravação tarifária completa em dez anos, além de assegurar melhor acesso ao mercado de serviços e ao setor de compras governamentais”, afirma Ardito. O ganho seria duas vezes maior do que o alcançado no acordo bilateral firmado entre a UE e o Japão e quatro vezes maior do que as vantagens obtidas na negociação do bloco europeu com o Canadá, acrescenta ele.

A contrapartida, acrescenta, viria com crescimento esperado de 12% para as exportações brasileiras, citando estudo desenvolvido em conjunto pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e CNI, e acréscimo de quase 3% ao ano no Produto Interno Bruto (PIB), numa projeção atribuída por ele à Fundação Getúlio Vargas (FGV). “Em três estudos sobre produtividade, realizados pelo Banco Mundial, pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil, a abertura do mercado é citada como um ingrediente para avanços nessa área, porque traz especialização e amplia a difusão de tecnologias”, sustenta Ardito.

O representante da UE acredita que a abertura do mercado brasileiro a importações de bens e serviços não seria ameaça concreta para o setor produtivo, embora reconheça que a abertura comercial não



● Nicola Ardito: “Seria um pecado mortal” não conseguir fechar o acordo entre Mercosul e União Europeia ainda neste ano

é exatamente uma “política inocente”, diante dos ajustes exigidos, especialmente naqueles setores menos competitivos. As perdas na área do emprego seriam “limitadas, com recuperação em quatro ou cinco anos”, diz ele, acrescentando que a medida traria queda de preços, o que favoreceria o consumidor. Além disso, os termos em negociação entre os países do Mercosul e da UE incluem cláusulas de proteção a pequenas e médias empresas, favorecendo as transações no segmento.

Ardito antecipa a intenção de explorar novos mercados nas relações comerciais entre Goiás e os 28 países membros da UE, que formam mercado consumidor superior a 500 milhões de pessoas. Ele enxerga possibilidades de transferência de tecnologia de empresas europeias para o País e também de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. Na área comercial, Ardito vislumbra a perspectiva de expansão das transações para além daqueles mercados já consolidados, a exemplo do agronegócio e do setor farmacêutico, grande importador de insumos e matérias-primas da Europa. A prospecção de novos negócios, acrescenta ele, poderia incluir alimentos regionais, peças de vestuário, móveis, cosméticos e outros itens. ►

DIVERGÊNCIAS E CONCESSÕES

Embora persistam divergências internas em relação ao alcance e à extensão das concessões nas áreas agrícola e industrial, os países do Mercosul defendem abertura mais generosa do mercado europeu para grãos e carnes e aceitam alguma forma de tratamento tarifário mais favorecido para as importações de bens industriais – embora essa não seja uma cláusula de consenso. A UE colocou sobre a mesa a proposta de um sistema de cotas para as compras de carnes, etanol e arroz do bloco e cobra concessões mais amplas na área de bens industriais. Há divergências entre os dois lados em relação ainda ao tamanho das cotas para produtos agrícolas, a velocidade de sua implementação e às alíquotas que deverão ser fixadas mesmo para os produtos dentro da cota. No setor automobilístico, um dos pontos de maior discordância até aqui, as negociações parecem caminhar na direção de total liberação dos fluxos de comércio de automóveis e autopeças entre os dois lados em 15 anos. Paradoxalmente, as investidas protecionistas do presidente Donald Trump, dos Estados Unidos, contra seus principais parceiros externos tendem a empurrar a UE para alguma forma de acordo com outras regiões, o que pode influenciar nas negociações com o Mercosul.

A visão do governo

O secretário de Governo João Furtado, representando o governador José Eliton, destacou aos representantes europeus o papel do Estado como “facilitador de investimentos e do desenvolvimento econômico, numa parceria firmada com o setor privado já há 20 anos”. Enfatizou ainda a vocação estadual como polo logístico regional, assim como “a ambiência jurídica muito tranquila”, lembrando que Goiás avança à frente dos demais Estados na convalidação dos incentivos fiscais no Conselho Nacional de Política Fazendá-



● **João Furtado, secretário de Governo:** “ambiência jurídica tranquila” e aproximação com setor privado facilitam investimentos

ria (Confaz). De acordo com ele, o atual governo vem dando continuidade à estratégia de aproximação e estreitamento de relação comercial com outros países adotada na gestão anterior, com o propósito de preservar as taxas de crescimento das exportações estaduais. Hoje, acrescenta Leandro Ribeiro, secretário de Desenvolvimento Econômico, os produtos goianos são exportados para mais de 150 mercados em todo o mundo, gerando vendas de US\$ 6,9 bilhões no ano passado.

RELAÇÃO SUPERAVITÁRIA

As exportações goianas para a União Europeia cresceram 22,4% no primeiro semestre deste ano, saindo de US\$ 618,66 milhões nos seis meses iniciais de 2017 para US\$ 757,47 milhões, representando 19,86% do total exportado pelo Estado. O farelo de soja respondeu por praticamente 32% das vendas goianas para a região (US\$ 241,56 milhões), seguido por minérios de cobre e seus concentrados (US\$ 150,64 milhões) e ouro (US\$ 114,07 milhões). As importações somaram US\$ 439,31 milhões, dos quais os produtos farmacêuticos responderam por 67,7% (US\$ 297,50 milhões). O resultado foi um saldo de US\$ 318,16 milhões, em alta de 48,1% em relação à primeira metade de 2017. Historicamente, Goiás mantém superávits na relação com a UE. Mas, em 2017, o saldo comercial havia sofrido queda de 13,7%, para US\$ 634,26 milhões, o quarto mais baixo na década. No mesmo ano, as exportações para o bloco foram a mais baixas em uma década, representando 20,65% do total exportado pelo Estado. ♦

BALANÇA COMERCIAL GOIÁS E UNIÃO EUROPEIA

(Valores em US\$ milhões)



Período	Exportações	Importações	Saldo
2008	1.369,76	295,64	1.074,12
2009	1.150,31	324,68	825,63
2010	1.231,41	335,66	895,75
2011	1.505,92	541,78	964,14
2012	1.596,47	886,15	710,31
2013	1.656,56	1.129,85	526,71
2014	1.498,60	1.031,67	466,92
2015	1.234,34	799,86	434,48
2016	1.429,33	694,75	734,59
2017	1.425,90	791,64	634, 26

Fonte: MDIC

O MAIS BAIXO EM UMA DÉCADA

(Participação das vendas externas goianas para a União Europeia sobre total exportado pelo Estado)

Período	Participação (%)
2008	33,48
2009	31,82
2010	30,44
2011	26,87
2012	21,83
2013	23,52
2014	21,47
2015	21,00
2016	24,10
2017	20,65

Fonte dos dados brutos: MDIC
Elaboração: Goiás Industrial

A REPARAÇÃO DE VEÍCULOS E A INDÚSTRIA 4.0



Shutterstock

Sob comando do Sindirepa, em parceria com CIN/Fieg e Sebrae Goiás, missão de empresários goianos embarca em setembro rumo à maior feira do setor na Alemanha

A indústria goiana de reparação de veículos e seus acessórios planeja voos mais altos para o futuro. Mas não se trata de um futuro “abstrato”. A ideia é estimular mudanças desde agora, ou pelo menos a partir da participação de uma missão empresarial do setor na maior feira global na área de serviços automotivos, agendada para os dias 9 a 15 de setembro deste ano em Farnkfurt, na Alemanha.

Numa parceria entre o Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás (Sindirepa) e Sebrae Goiás, que vai bancar parte dos custos, e apoio da Fieg por meio de seu Centro Internacional de Negócios (CIN/Fieg), o grupo goiano estará presente na edição deste ano da Automechanika, antecipa Alyson José Nogueira, presidente do Sindirepa.

O sindicato, relata ele, pretende mobilizar pelo menos dez empresas goianas para a missão, que pode vir a ter importância estratégica para o setor num momento em que os avanços tecnológicos na indústria automotiva ocorrem em velocidade acelerada, impulsionados pelas metas de

redução de emissões de gases formadores do efeito estufa, fixadas pela União Europeia, e pela corrida para estabelecer os novos paradigmas que vão desenhar as novas tecnologias para a indústria 4.0.

Até julho, sete empresas já haviam preenchido cadastro para participação na feira, realizada a cada dois anos desde 1971 e organizada pela Messe Frankfurt. No ano passado, a Automechanika recebeu 133 mil visitantes profissionais de 170 países, com participação ainda de 4.843 expositores, que apresentaram suas inovações na área de reparos e outros serviços associados ao setor.

De acordo com Nogueira, o Sebrae Goiás bancará metade dos custos totais por participante, estimados em € 4,0 mil, incluído parte aérea, traslado, hospedagem e os serviços de um tradutor. A missão deverá acompanhar três dias da feira, entre 10 e 12 de setembro, conforme o presidente do Sindirepa. A programação inclui ainda visitas técnicas e encontros de negócios. A equipe do CIN/Fieg, prossegue Nogueira, vai auxiliar os empresários nas relações de negócios e na aproximação com empresas e institutos de pesquisa e desenvolvimento de soluções para o setor de reparação automotiva.

Os avanços tecnológicos, destaca ele, serão precisamente o foco da missão goiana, especialmente quando se leva em conta novos equipamentos, instrumentos e aparelhos para reparação de carros equi-



Alex Mullerios

● **Alyson José Nogueira:** comitiva de empresários goianos do setor de reparação automotiva vai à Alemanha em busca de inovações

pados com sistemas híbridos, que circulam com maior desenvoltura nos países mais desenvolvidos e começam a desembarcar no Brasil. Além disso, há novidades também para os motores a combustão, assim como equipamentos mais avançados para análise de poluentes, técnicas inovadoras de reparo e novas soluções nos campos de peças, sistemas, tuning, equipamentos de oficina, carroçaria e pintura, lavagem de veículos, tecnologia da informação (TI) e na área de gestão. ◆

UM PLANO BILIONÁRIO

Alex Malheiros



● **Abel Rochinha, presidente da Enel Goiás:** reflexos sobre a qualidade do serviço começarão a ser percebidos em dois anos

tura da Fieg (Coinfra), ao final da primeira quinzena de junho. O presidente do conselho, Célio Eustáquio de Moura, defendeu a necessidade de assegurar energia elétrica em volume e qualidade exigidos para promover o crescimento do setor industrial e da economia goiana como um todo.

Rochinha destacou, por sua vez, que a concessionária já está investindo em obras, argumentando que os resultados em termos de melhoria da qualidade da energia oferecida ao mercado não virão em menos de dois anos. No ano passado, a Enel Goiás investiu perto de R\$ 837,12 milhões (dos quais em torno de R\$ 38,0 milhões foram realizados em janeiro pela antiga Celg Distribuição). Esse valor representou salto de 167,6% frente aos R\$ 312,81 milhões investidos em 2016. Neste ano, até junho, a companhia havia investido em torno de R\$ 450,0 milhões e espera atingir alguma coisa próxima a R\$ 800,0 milhões no fechamento do exercício. “Estamos concluindo neste ano em torno de 140 obras e os efeitos deverão ser percebidos em 2019”, acrescentou Rochinha.

No plano de investimentos e expansão

Italiana Enel, que assumiu o controle da Celg Distribuição em fevereiro de 2017, programa investimentos de quase R\$ 4,2 bilhões em Goiás até 2022

O plano de negócios desenvolvido pela Enel Goiás, que assumiu o controle da Celg Distribuição em fevereiro do ano passado, prevê investimentos de R\$ 4,188 bilhões, entre este ano e 2022, em expansão do sistema e adequação de carga, modernização e automação da rede, adoção de novas tecnologias e instalação de novas subestações e sistemas alimentadores. Isso significará multiplicar em três vezes e meia o investimento anual médio realizado entre 2010 e 2016, saindo de R\$ 230,14 milhões, o que totalizou R\$ 1,674 bilhão no acumulado daqueles sete anos, para algo próximo a R\$ 837,6 milhões ao ano até o início da próxima década.

O detalhamento do investimento da distribuidora foi feito pelo diretor presidente da Enel Distribuição Goiás, Abel Rochinha, durante encontro promovido pelo Conselho Temático de Infraestrut-

PROGRAMAÇÃO PARA 2018-2020

(Investimentos previstos para o período pela Enel Goiás, em R\$ milhões)

Projetos	Valor
Adequação de carga	1.081
Novas conexões	920
Plano de qualidade	1.363
Outros investimentos	824
Total	4.188

Fonte: Enel Goiás



da companhia, perto de um terço dos recursos, num total projetado em R\$ 1,363 bilhão, deverá ser destinado à melhoria da qualidade, o que envolverá o uso em larga escala de automação e digitalização. Para Rochinha, a digitalização “será o grande fator diferencial que a empresa vai oferecer ao mercado”. A tecnologia contribui para reduzir os custos por cliente e “melhora a qualidade em quase 80%”, já que permite aprimorar a gestão de riscos e reduzir eventos negativos para a distribuição. O grupo reserva ainda R\$ 1,081 bilhão para adequação da carga de energia, outros R\$ 920,0 milhões para a instalação de novas conexões, com foco em 20 mil novas ligações no meio rural, e mais R\$ 824,0 milhões em áreas diversas, incluindo medidas para redução de perdas técnicas e comerciais (combate aos chamados “gatos”, por exemplo) e manutenção corretiva, entre outros.

No total, a empresa prevê a instalação de 7 mil telecontroles em redes de baixa tensão (chaves externas comandadas virtualmente), das quais pouco mais de 1,0 mil deverão ser implantadas até o final deste ano, além de 6 mil monitores de ramais, 37 novas subestações, mais 2 mil quilômetros de novas linhas e alimentadores, com

revitalização das subestações já existentes e de linhas de alta tensão.

Na área de tecnologia, o cardápio inclui a construção de centros satélites, infraestruturas com equipamentos elétricos e eletrônicos controlados remotamente e que contribuem para a eficiência da rede elétrica, e o aterramento de transformadores com uso de bobinas de Petersen, que permitem reduzir o índice de desligamentos causados por faltas intermitentes e novamente melhorar os índices de qualidade de energia elétrica. Hoje, a empresa já tem utilizado helicópteros para monitoramento e fiscalização das redes de média tensão, por meio de imagens termográficas, fotografias e laser.

MAIS DE DUAS VEZES ACIMA DO TETO

Até 2022 o plano de investimentos estima que mais 1,9 mil megawatts deverão ser acrescentados ao sistema. Abel Rochinha acredita que será possível reduzir os índices de duração (DEC) e frequência das quedas de energia (FEC) em 65% e 52%, respectivamente, até 2022. No fechamento do exercício de 2017, a Enel Goiás anotava 32,29 horas de interrupção no fornecimento ao longo de 12 meses e 19,20 eventos de queda de energia no mesmo período.

Em maio deste ano, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a duração na interrupção havia crescido 2,8% em relação a dezembro, atingindo 33,21 horas, o que significava um índice 142,6% mais alto do que o limite aceito pela agência reguladora (13,69 horas). Em contrapartida, a frequência na interrupção no fornecimento havia registrado baixa de 7,8% na mesma comparação, caindo para 17,70 – ainda assim, 60,47% maior do que o limite fixado pela Aneel (11,03 eventos por ano). Tomando esses números mais recentes, as metas definidas no plano de investimento reduziriam o DEC e FEC para 11,62 horas, aproximadamente, e para 8,50 vezes até o final de 2022, abaixo, portanto, dos limites estabelecidos pela agência atualmente.

“DESCARBONIZAÇÃO” DA BASE INSTALADA

Com unidades em 34 países, espalhados por cinco continentes, e 72,0 milhões de clientes em todo o mundo, de acordo com Abel Rochinha, o grupo Enel, que tem como principal acionista o Ministério de Economia e Finança da Itália, espera “descarbonizar” toda sua operação no setor elétrico até 2050. No Brasil, a Enel está presente em 18 Estados, Goiás incluído, atendendo 17,0 milhões de clientes, com capacidade instalada total para geração de 4.610,4 megawatts (perto de 5,3% de sua capacidade global), dos quais 3.261 MW em operação e outros 1.349,4 MW em construção. No Estado, a companhia atende 2,9 milhões de clientes, com distribuição de 12,3 terawatts/hora.

A companhia já detém no País capacidade instalada para 819,2 MW de energia solar e constrói novos parques, que deverão acrescentar mais 474 MW. A Enel concentra atualmente em torno de 48,7% do mercado brasileiro de energia solar. Na área de geração eólica, a capacidade já em operação soma 842,4 MW e mais 875,4 MW encontram-se em fase de construção, especialmente no Nordeste brasileiro. ♦



● **Geração eólica:** Enel investe na instalação de mais 875,4 megawatts hora no País, o que vai mais que dobrar sua capacidade atual

CAMINHOS PARA DRIBLAR A SECA

Fieg lança cartilha com propostas de curto, médio e longo prazo para preservar a água e tornar seu consumo mais racional como alternativas contra a escassez hídrica

Fotos: Alex Malheiros



“O mais importante é conseguirmos transmitir a consciência de que a água é um bem escasso, insubstituível e que precisa ser usado com racionalidade.”

PEDRO ALVES DE OLIVEIRA,
presidente da Fieg

A queda na vazão do Rio Meia Ponte já havia acionado os alarmes na Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima) e, seguindo o plano emergencial aprovado pelo Comitê da Bacia Hidrográfica que responde pela gestão do manancial, a esta altura, já deveriam estar suspensas todas as outorgas concedidas para o curso d’água. Mas uma negociação de caráter igualmente emergencial com a Saneamento de Goiás S.A. (Saneago) permitiu evitar a providência mais radical.

Em meio à aproximação de nova crise de abastecimento, que já produziu uma redução de 50% nas outorgas, afetando o setor industrial, de acordo com o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, a gestão de recursos hídricos ganha destaque renovado no setor industrial. Até como forma de prevenir novas dificuldades na área, a Fieg, por meio de seu Conselho Temático de Meio Ambiente, lançou, em julho, o trabalho Preservação da Água e do Solo. O estudo estratégico com propostas para enfrentar um cenário de escassez hídrica, sobretudo na Região Metropolitana de Goiânia – uma das áreas já em situação crítica no Estado –, envolveu parceria com Faeg, Secima, SED, Saneago, Sinduscon, Crea-GO, Celg GT, Comitê da Bacia Hidrográfica do Meia Ponte, Câmara da Indústria da Construção e Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg e Emater-GO. “O mais importante é conseguirmos transmitir a consciência de que a água é um bem escasso, insubstituível e que precisa ser usado com racionalidade”, afirma Pedro Alves.

Ao apresentar o trabalho durante reunião da diretoria plena da Fieg realizada no dia



17 de julho, Pedro Alves defendeu a necessidade urgente de avançar “com medidas e investimentos que garantam a segurança hídrica”, incluindo, entre outras soluções, a transferência de vazão entre bacias hidrográficas, a integração de sistemas produtores, a exemplo do que a Saneago tem feito entre os sistemas do João Leite e do Meia Ponte, na capital do Estado, e a intensificação de práticas de reutilização da água, com melhoria na gestão pública e privada desse recurso. O presidente da Fieg fez referência ainda à campanha Água na Medida Certa, lançada pelo Sesi Goiás (leia matéria nesta edição), indicando-a como exemplo de iniciativas para enfrentar a questão.

Coube ao presidente do Conselho Temático do Meio Ambiente e do Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás (Simplago), Bruno Franco Beraldi Coelho, apresentar as propostas de médio e de longo prazo da Fieg para enfrentar a escassez hídrica, sintetizadas em uma cartilha com tiragem de 2,0 mil exemplares. Cobrindo as áreas urbanas e rurais, envolvendo ainda os setores industrial e de saneamento, aponta Beraldi, o trabalho contempla quatro eixos de atuação, incluindo armazenamento e apro-



● **Lançamento:** 2 mil cartilhas trazem sugestões para prevenir novas crises hídricas na capital do Estado

veitamento de águas pluviais; construção de reservatórios e barragens; recuperação, conservação e proteção de mananciais; e planejamento e gestão de recursos hídricos, introduzindo uma perspectiva de mais longo prazo ao projeto.

Na área urbana, o estudo propõe, entre outras sugestões, a instalação de poços e caixas de acumulação de água, uso nas bocas de lobo de tubulões perfurados, que permitam a infiltração das águas e a realimentação do lençol freático e a adoção de medidas que aumentem os índices de permeabilização da cidade. Na indústria, prossegue Beraldi, o trabalho recomenda a intensificação de sistemas de reutilização da água e ainda a troca de equipamentos, lembrando que já há aparelhos e tecnologias que permitem reduzir em até 75% as perdas de água no processo produtivo.

Medidas evitam suspensão de outorgas

Na área de saneamento, caberia ao governo e à Saneago buscar recursos para expansão dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento



● **Hwaskar Fagundes:** acordo com a Saneago libera mais 300 litros por segundo para reforçar vazão do Meia Ponte

de esgotos, assim como a construção do reservatório para abastecimento de Caldas Novas, previsto para 2030. Segundo Bruno Beraldi, recomenda-se, da mesma forma, a redução de perdas de água no sistema de abastecimento e o lançamento de campanha publicitária para promover o consumo consciente de água e estimular seu uso racional.

Já programada pelo governo, lembra

o secretário estadual de Meio Ambiente, Hwaskar Fagundes, a campanha aguardava apenas a aprovação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para começar a ser veiculada. O presidente da Saneago, Jalles Fontoura de Siqueira, observou que, mesmo antes do início da campanha, a companhia anotou redução no consumo diário de água equivalente a 540 litros por segundo em junho, o que reduziu o faturamento da estatal nesta área em praticamente R\$ 6,0 milhões.

Num acordo firmado no mesmo dia de lançamento da cartilha pela Fieg, Fagundes adiantou que a Saneago concordou em reduzir sua captação no Rio Meia Ponte de 2,3 mil para 2,0 mil litros por segundo, sem afetar o abastecimento urbano. A medida evitará o corte total das outorgas, providência definida em junho no plano de contingência aprovado pelo comitê do Meia Ponte, que estabeleceu quatro níveis, a variar conforme a vazão do rio.

Desde julho, quando a vazão atingiu 6,0 mil litros por segundo (metade daquela observada em maio), o sistema passou a operar no primeiro nível crítico, com corte das outorgas pela metade, o que não havia sido suficiente para recolocar a vazão em níveis confortáveis. A medida da Saneago contribui para repor o fluxo e evita a necessidade de suspender as outorgas ao longo do curso. A conclusão do projeto de interligação entre os sistemas Mauro Borges (João Leite) e Meia Ponte, no final de agosto, espera Fagundes, deverá acrescentar à vazão do rio mais 800 litros por segundo.

Siqueira destacou a importância de debater soluções e propostas, a exemplo daquelas apresentadas pela Fieg, e afirmou que a Saneago tem feito esforços para que as falhas no abastecimento ocorridas no ano passado não repitam em 2018. Ele lembrou que a Estação de Tratamento de Água Mauro Borges já está em operação, o que poderá reduzir os níveis de estresse a que o sistema como um todo tem sido submetido nesta fase de estiagem. ◆



● Daniely da Silva Brizola e a filha Maria Eduarda, aluna do Sesi Planalto: olho na conta de água

RISCO DE ESCASSEZ DE ÁGUA CHEGA À SALA DE AULA

Campanha Água na Medida Certa mobiliza alunos de escolas da Rede Sesi no Estado, pais e professores. Goiás vive cenário de elevado risco de desabastecimento

Daniela Ribeiro
Fotos: Alex Malheiros

Goiás passou em 2017 pela maior crise hídrica de sua história, com falta de água na Região Metropolitana de Goiânia e rodízio em cidades do interior, e o cenário de risco permanece. Reportagem de capa da edição anterior de **Goias Industrial** mostra que em pouco mais de uma década e meia, mantidas as tendências observadas no momento de elaboração da versão final do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), concluído em março de 2016, a demanda projetada de recursos hídricos em Goiás deverá superar 91% da disponibilidade



● Capa da **Goias Industrial** de junho: reportagem faz ampla discussão sobre a crise hídrica do Estado

de água, atingindo 1,26 milhão de litros por segundo, diante de uma oferta na faixa de 1,39 milhão de litros por segundo.

Num cenário de risco elevado, mas não descartável em razão das mudanças no clima, com ocorrências mais frequentes de fenômenos climáticos extremos, a demanda deverá superar a oferta na maioria das bacias hidrográficas do Estado, com a situação atingindo níveis críticos também em relação à qualidade da água.

A escassez de água que atinge o Estado e várias regiões do Brasil inspirou a criação, na rede de ensino do Sesi Goiás, da campanha Água na Medida Certa, que mobiliza alunos, pais e professores. A iniciativa, lançada oportunamente no Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), mobiliza cerca de 600 famílias e busca sensibilizar, por meio de ações educativas, aproximadamente, 10 mil participantes quanto à utilização correta dos recursos hídricos.

A campanha é dividida em duas categorias: Ideias Inovadoras Sustentáveis e Comunidade Escolar. A primeira irá reconhecer a melhor solução apresentada por um aluno da rede Sesi para um problema, relacionado ao tema, que atinja indústrias e cidades. O vencedor ganhará um aparelho celular. A segunda modalidade contempla as famílias e irá premiar aquela que apresentar a maior redução no valor da conta de água ao fim de um período de seis meses. Uma família por escola será beneficiada por bolsa integral de estudos durante um semestre do ano letivo de 2019.

Segundo a gerente de Educação Básica do Sesi, Quissinia de Freitas, a intenção é promover a conscientização sobre a importância da água para a vida na Terra e a consequente preservação dos recursos hídricos para a manutenção da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável. “As ações realizadas durante a campanha

irão atingir tantos os alunos como seus familiares. Nossos alunos serão disseminadores de boas práticas”

Mesmo com poucos dias de campanha, Daniely da Silva Brizola já viu a filha Maria Eduarda, de 12 anos, adotar medidas de economia de água dentro de casa. “Antes, ela demorava muito tempo no banho e eu tinha de ficar falando para ela sair. Agora, ela está empolgada com a campanha e não demora mais”, diz. A dona de casa conta que tinha uma torneira com defeito e, assim que aderiram a campanha, providenciou o conserto. “Já estamos vendo reflexo dessa campanha aqui em casa. É muito importante que as crianças e adolescentes participem de ações como essa, pois serão adultos mais conscientes.” ♦



● Lançamento da campanha Água na Medida Certa em sala de aula: mobilização

● Orquestra Sinfônica de Goiânia durante concerto na Terça no Teatro, patrocinada pelo Leite Piracanjuba

PATROCINAR CULTURA É BOM NEGÓCIO PARA SEU NEGÓCIO

Instituição promotora de cultura, o Sesi Goiás recorre a leis de fomento a projetos culturais para proporcionar acesso de trabalhadores da indústria e da comunidade, com patrocínio de empresas

Valbene Bezerra

Mecanismos de fomento às expressões artísticas, as leis de incentivo à cultura, seja no âmbito municipal, estadual e federal, permitem que empresas patrocinem projetos culturais por meio de renúncia fiscal, mas ainda há muita dificuldade de produtores em captar recursos.

Instituição promotora de cultura, o Sesi Goiás utiliza esses instrumentos para realizar projetos de interesse da comunidade. “As leis de incentivo exercem papel de braço forte das instituições que viabilizam o fazer cultural”, afirma Marcelo Ortega, produtor cultural do Sesi.

Com captação de recursos, a instituição da indústria viabiliza a produção de espetáculos de alta qualidade para públicos diversos dentro e fora das empresas. Com grande adesão dos trabalhadores da indústria e da

comunidade, são bons exemplos de iniciativas desenvolvidas pelo Sesi o Projeto Coral na Empresa, em Niquelândia, com recursos da Lei Rouanet/Empresa Votorantim Metais, e a capacitação gratuita pelo Teatro Sesi de duas dezenas de bailarinos de Goiânia, promovendo o Núcleo Coreográfico, série de oficinas ministradas por nomes consagrados da dança nacional, com patrocínio da Funarte/Ministério da Cultura. Em 2016/2017, foi a vez do Núcleo de Dramaturgia, com patrocínio da Lei Goyazes/Belcar Caminhões, que contou com participação de dezenas de novos talentos da dramaturgia goiana. Em 2018, o Leite Piracanjuba usou o mesmo instrumento para viabilizar o projeto da Semana de Dramaturgia Goiana, no Teatro Sesi, que possibilitou a encenação de três espetáculos inéditos, abertos ao público.



● **Rosana Gedda Carneiro, diretora administrativa financeira da Belcar:** incentivar a cultura regional é valorizar a própria empresa



● **Rejane Neves, da Panelada Produções.** “É difícil encontrar empresas dispostas a patrocinar a cultura”

Um dos mais importantes projetos do Teatro Sesi, a Terça no Teatro tem patrocínio do Leite Piracanjuba, por meio da Lei Goyazes, e parceria com a TV Anhanguera. Em cartaz desde 2011, o projeto, que tem entrada gratuita, recebe artistas regionais, nacionais e até internacionais. Milhares de pessoas têm prestigiado os espetáculos de dança, teatro, música, concertos e óperas que ocupam o palco do teatro toda terça-feira. Exibição de vídeo institucional da empresa patrocinadora e sorteios de brindes também são realizados a cada apresentação, iniciativa que fortalece e divulga ainda mais a marca.

“A empresa que investe em cultura contribui para o bem coletivo e agrega valores positivos à sua marca. Associar a imagem da empresa a um projeto diferenciado e escolhido com cuidado reforça a importância que se dá à cidadania e as suas mais diversas práticas”, afirma a diretora administrativa financeira da Belcar, Rosana Gedda Carneiro.

Para a adesão às leis, o primeiro passo é ter interesse pela cultura local. “Mesmo diante de todas as dificuldades que estamos passando para nos manter, essa não é uma tarefa fácil, principalmente porque o retorno financeiro não é imediato. Porém, por meio das leis de incentivo, não fazemos aportes financeiros, apenas trocamos o pagamento de impostos, por incentivos culturais”, acrescenta Rosana Gedda. Não é complicado. O próprio contador da empresa pode fazer os trâmites legais. “A cultura é um componente essencial para o desenvolvimento de uma região. Junto com os fatores econômico e social, forma o tripé sob o qual se apoia a cidadania de um povo. A empresa ganha visibilidade, reforçando seu marketing institucional”, sublinha a diretora da Belcar.

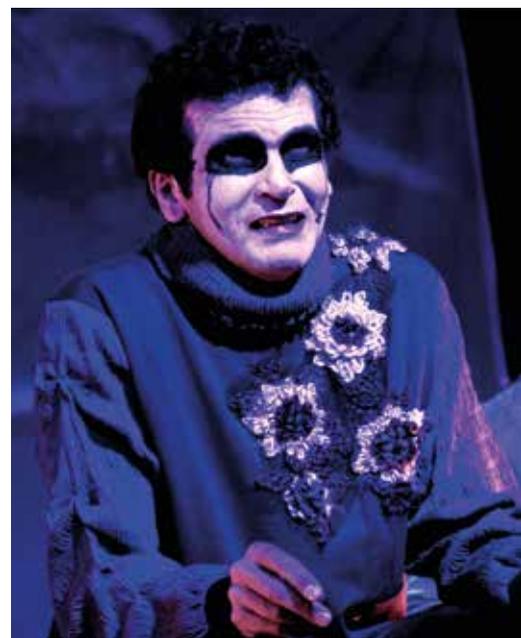
Vantagens para artistas e empresários

Ator, diretor da Cia. Teatral Sem Nome e ex-presidente da Federação de Teatro do Estado de Goiás, Norval Barbari explica que o percentual de dedução é de 4% do Imposto de Renda devido. Caso o projeto cultural aprovado esteja dentro do segmento de economia criativa, o valor do aporte pode ser deduzido em até 100%. Ao apoiar um projeto cultural, os benefícios são mútuos para artistas e empresários. “As vantagens tributárias da Lei Rouanet têm ligação direta com o Imposto de Renda. Isso nada impede que o empresário possa aderir às leis municipais e estaduais, conseguindo deduções fiscais em tributos como o ICMS e o ISS. As vantagens tributárias da Lei Goyazes têm ligação direta com o

ICMS, com concessão de prazos para pagamento de tal imposto. Na lei municipal (Goiânia), a dedução direta é de 100% do ISS”, destaca.

Além de incentivar as atividades culturais, o empresário que investe nas leis de incentivo fortalece a imagem do negócio, podendo expor a marca de seus produtos em banners, filipetas, outdoors e mídias impressas. Apesar das vantagens, ainda há empresários receosos em usufruir desse tipo de benefício, motivo de reclamação de produtores culturais como Rejane Neves, da Panelada Produções. “É difícil encontrar empresas dispostas a patrocinar a cultura. Se para chegar até a empresa é difícil, imagine apresentar e convencer o empresário da importância daquele projeto. Há muita desconfiança”, queixa-se a produtora.

Ela se refere ao fato de nem sempre as portas estarem abertas aos artistas que querem expor seus projetos. Muitas vezes constrangedora, a situação suscita um debate no meio cultural sobre a transformação das leis de incentivo em fomento direto. “De qualquer forma é o Estado, a prefeitura e o governo federal que acabam ▶



● **Norval Barbari, ator e diretor de teatro, no espetáculo *Distrito Zero*:** fortalecer imagem do negócio

LEIS DE INCENTIVO À CULTURA

pagando a conta do patrocínio”, afirma. Para Rejane, é muito bom uma empresa ter um projeto ligado à cultura. “Isso identifica aquela empresa à cultura do seu Estado”. Como Goiás está muito associado à música sertaneja, projetos de outra natureza (teatro, shows de música popular, dança, etc.) têm maior dificuldade de apoio e alguns são inviabilizados por não conseguir fazer a captação em tempo hábil.

Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Goiânia, a produtora Laila Santoro garante que as leis estadual e municipal são as que têm dado maior apoio à cultura goiana. “O empresariado goiano é bastante sensível e tem apoiado quase a totalidade dos projetos”, assegura. O mesmo não se pode dizer em relação à lei federal, a Lei Rouanet, que estabelece regras mais rígidas para assegurar benefícios às empresas e pessoas físicas. “É preciso quebrar as barreiras que nos impede de chegar até a Rouanet. As indústrias instaladas em Goiás precisam entendê-la e favorecer nossa arte e outras atividades culturais de nosso Estado.”

Entusiasta das leis de incentivo, Norval Berbari acredita que apoiando os projetos culturais o empresário só tem a ganhar. “Apostar em um projeto artístico não é apenas uma ótima oportunidade para que as empresas reduzam valores de tributos e impostos, mas uma comprovada e excelente forma de incentivar e reconhecer a arte produzida em sua cidade, em seu estado, em sua região, em seu país”, afirma.

O desafio de conseguir patrocínio

Experiente produtor cultural, consultor de projetos socioculturais e membro da Associação Brasileira de Captadores de Recursos, com ampla atuação no meio artístico, Marcelo Carneiro garante que não há resistência por parte do empresário em patrocinar os artistas goianos. O problema muitas vezes, explica, é que

algumas empresas não têm capacidade financeira, falta pessoal interessado em traçar objetivos, receber as propostas e atender os artistas adequadamente. Outro problema apontado pelo produtor é a suspeição de algumas empresas ou de seus departamentos de contabilidade quanto ao funcionamento das leis de incentivo. “Isso não tem fundamento”, assegura o produtor.

Captar recursos exige experiência, por isso é importante ter conhecimento do mercado e todo o funcionamento da legislação vigente, estabelecer estratégias para chegar ao possível patrocinador. “É preciso ter um bom relacionamento e dar retorno de tudo o que foi acordado”, ensina o produtor.

Marcelo Carneiro lembra que as leis são instrumentos utilizados pelos governos para estimular atividades específicas de cultura, esportes, programas para crianças e adolescentes, idosos e saúde. “Com lei ou sem lei, se o projeto bater forte no coração do interlocutor da empresa, há possibilidade de boas parcerias”, sublinha. “Um dos maiores problemas é a comunicação. Como o empresário gosta de obter retorno, precisamos falar com objetividade, usando a linguagem corporativa com números. Conhecendo suas ambições, seus objetivos e desafios, ficará mais fácil chegar até ele, e não somente arrumar um patrocinador olhando unicamente para nosso próprio umbigo”.

Espectáculo bom, mais tempo em cartaz

O diretor do Teatro Sesi, Nilton Antônio Faleiro (Teco), acredita que os espaços culturais da capital só têm a ganhar com as parcerias entre produtores e empresas e governo. “Somente com a articulação de todos os envolvidos se consegue produções que atinjam o gosto popular, sem perder o estímulo ao desenvolvimento crítico do espectador. Quando os espetáculos são bons, permanecem mais tempo em cartaz”,

observa Teco, que considera fundamental o bom relacionamento entre as partes para obter resultados que atendam a todos. “Muitas vezes o interesse dos artistas não atende aos objetivos da empresa, o que acaba dificultando a captação. É preciso que os projetos contemham propostas atrativas que despertem o interesse tanto do espectador como do empresário”, pondera. Já o governo, observa o diretor, quer atender a todos. “Muitas vezes esse triângulo não dialoga e o confronto de interesses dificulta a realização dos projetos. É preciso que haja consenso que podem resultar em bons projetos. Todos só têm a ganhar”. ♦



● **Produtor cultural, consultor e membro da Associação Brasileira de Captadores de Recursos, Marcelo Carneiro:** experiência e conhecimento do mercado facilitam captação



● **Nilton Faleiros, diretor do Teatro Sesi:** “Quando os espetáculos são bons, permanecem mais tempo em cartaz”



● **Henrique Oliveira:** economia de 50% em levantamento topográfico com uso de drone na Siga Engenharia

ESSES ESTAGIÁRIOS CRIATIVOS E SUAS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS

Pelo 14º ano consecutivo, Prêmio IEL de Estágio destaca a atuação de estudantes, empresas, instituições de ensino e órgão público, com resultados expressivos para o setor produtivo

Célia Oliveira

Fotos: Alex Malheiros e Mizael Messias

A combinação de tecnologia e inovação marcou as experiências de estágio dos estudantes da Universidade Federal de Goiás Henrique Oliveira e Rogério Batista, com resultados expressivos em redução de custos e ganho de qualidade no processo produtivo, evidenciados na 14ª edição do Prêmio IEL de Estágio, realizado em maio pelo Instituto Euvaldo Lodi.

Aluno de engenharia civil, Henrique Oliveira apostou na tecnologia e curiosidade na atividade topográfica executada na Siga Engenharia, empresa do grupo Welt Energia, com utilização de drone no levantamento planialtimétrico em centrais geradoras hidrelétricas. Os resultados foram economia nos custos do serviço na ordem de 30% a 50%, ganho de qualidade do produto final e

a internalização do processo de levantamento topográfico. “Foi a primeira oportunidade de confrontar prática e teoria”, analisa Henrique Oliveira, campeão do Prêmio IEL na categoria Nível Superior.

Já Rogério Batista, estudante de engenharia elétrica, propôs em seu estágio, no Instituto Senai de Automação Industrial, em Goiânia, a criação e melhoria de kits educacionais para práticas de laboratórios em elétrica, eletrônica e automação industrial. Ele desenvolveu uma placa eletrônica que gerou redução de custos na aquisição de equipamentos e maior conforto aos estudantes na hora de transportar equipamentos para estudos.

A customização dos kits foi fator de peso em seu projeto, que proporcionou à instituição de ensino não só economia com ►



● **Rogério Batista:** premiado com criação e melhoria de kits educacionais para práticas de laboratórios no Instituto Senai de Automação

manutenção e aquisição de novos kits educacionais como a produção interna dos kits eletrônicos. Para ele, uma experiência enriquecedora nessa fase inicial da carreira. “A sensação de realização e os resultados surgem e isso me incentiva para uma jornada ainda maior”.

DIFERENCIAL PRÁTICO

Como Henrique e Rogério, outros quatro estudantes também foram reconhecidos pelo prêmio, uma iniciativa desenvolvida desde 2005 que tem por finalidade incentivar todos os agentes envolvidos no processo de estágio.

Atuando na Caoa Montadora, em Anápolis, o estudante de engenharia elétrica Tito Pereira alcançou a 3ª colocação no Prêmio IEL de Estágio, na categoria Nível Superior. Ele desenvolveu sua experiência ‘Aproveitando os Desafios’ e adquiriu como ganhos para a vida profissional maior capacidade de inovar em algo que se torne melhor ou mais efetivo, o aprendizado contínuo e a oportunidade de conhecer o ambiente industrial.

“No dia a dia, fui aprendendo a trabalhar da melhor forma em equipe, a lidar com ela, a sempre querer inovar e fazer a diferença e sempre estudar mais e mais

para superar os desafios. Foi e é algo a ser levado para a vida”, frisa Tito.

VALORIZAÇÃO AMPLIADA

Além de estudantes, igualmente são reconhecidos pelo Prêmio IEL empresas, instituições de ensino e órgãos públicos por suas políticas e empenho no desenvolvimento humano e profissional dos estagiários. A avaliação das empresas foca melhores práticas e procedimentos organizacionais para garantir a eficácia do processo de estágio.

A novidade da edição deste ano foi a premiação concedida à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Cidade Ocidental, no Entorno do Distrito Federal, pela 1ª colocação conquistada. O órgão prevê em seu programa de estágio a formação profissional, estágio em diversas áreas e o aproveitamento dos profissionais pós-estágio, conforme disponibilidade.

“Damos ao jovem a oportunidade de reflexão sobre teoria e prática, o experimento sob supervisão profissional e formação continuada para estagiários da área de educação”, afirma a coordenadora de estágio, Luciana Maciel.



O pódio do Prêmio IEL de Estágio

Categoria Nível Superior

Henrique Carvalho de Oliveira – 1º lugar

Empresa: Siga Engenharia e Energia

Instituição de Ensino: Universidade Federal de Goiás (UFG)

Curso: Engenharia Civil

Experiência: Uso de drone no levantamento planialtimétrico de centrais geradoras hidrelétricas (CGHs)

Murilo Melo Minaré – 2º lugar

Empresa: Kraft Heinz

Instituição de Ensino: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Curso: Engenharia Química

Experiência: Estruturação da Área de Devoluções Parciais

Tito Alves Pereira – 3º lugar

Empresa: Caoa Montadora

Instituição de Ensino: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)

Curso: Engenharia Elétrica

Experiência: Aproveitando os Desafios



● Murilo Melo Minaré, Henrique Oliveira, Rogério Batista, Thayse Mendes Barros, Tito Pereira e Letícia Moura

Categoria Sistema Fieg

Rogério Pereira Batista – 1º lugar

Empresa: Senai Goiás

Instituição de Ensino: Universidade Federal de Goiás (UFG)

Curso: Engenharia Elétrica

Experiência: Criação e Melhoria de Kits Educacionais

Thayse Mendes Barros – 2º lugar

Empresa: Senai Goiás

Instituição de Ensino: Universidade Federal de Goiás (UFG)

Curso: Biblioteconomia

Experiência: Organização de Unidades Organizacionais dentro do Sistema Pergamum

Letícia David Moura – 3º lugar

Empresa: Sesi Goiás

Instituição de Ensino: Fundação Educacional de Goiás - Faculdade Lions

Curso: Direito

Experiência: O Funcionamento e a Importância das Cortes Arbitrais

EMPRESAS E INSTITUIÇÕES DESTAQUES

Pódio	Grande Empresa	Sistema Fieg	Microempresa	Média Empresa	Órgão Público	Instituição de Ensino de Nível Técnico	Instituição de Ensino de Nível Superior
1º	Caoa Montadora / Anápolis	Instituto Senai de Tecnologia em Automação	Lara Martins Advogados	Agroquima Produtos Agropecuários	Fundo Municipal de Educação / Cidade Ocidental	Faculdade Senai Ítalo Bologna	UFG
2º	Kraft Heinz / Nerópolis	Escola Senai Catalão	Opus Incorporadora	Conveste Serviços Financeiros		IFG / Aparecida de Goiânia	Unifan
3º			Mortoza Advogados			Escola Senai de Itumbiara	Ipog



SABOR DE MUTAMBA NA EUROPA

● **Patrícia Mercês, da Cervejaria Goyaz, fabricante da Colombina, e o certificado Meininger's Internacional Craft Beer Award: "Isso só foi possível porque conseguimos entrar no mercado europeu, com a consultoria prestada pelo Senai"**

já conhecíamos o trabalho realizado pelo instituto, buscamos ajuda da equipe de consultores e fomos bem-sucedidos, com procedimentos ágeis e eficientes, que nos permitiram exportar a primeira carga em novembro", explica a empresária

A implantação dos programas de qualidade na indústria aumenta a segurança alimentar, além de reduzir perdas de matéria-prima e diminuir custos operacionais, explica Geandra Fialho, analista do IST Alimentos e Bebidas, responsável pela consultoria. "Esse pacote de vantagens traz maior credibilidade ao produto e competitividade na comercialização, deixando a empresa apta à exportação", observa.

PRÊMIO

Atualmente, a Colombina é comercializada na Áustria. O próximo mercado alvo de distribuição da cerveja, ainda este ano, é a Alemanha, país onde conquistou recentemente a medalha de platina na quinta edição do Meininger's Internacional Craft Beer Award, renomado concurso em que foram avaliados mais de 1.090 exemplares de cervejas europeias. Apenas 26 rótulos receberam a medalha de platina, entre eles a Colombina Romaria, que venceu no estilo Fruit Beer. O produto premiado leva baunilha do Cerrado e mutamba, com características bem regionais e diferenciadas. "Foi nossa primeira inscrição em um concurso internacional e já conquistamos um resultado tão expressivo. Isso só foi possível porque conseguimos entrar no mercado europeu, com a consultoria prestada pelo Senai. Esse investimento padronizou nossa qualidade de forma que a excelência está tanto nas cervejas que são consumidas no Brasil quanto fora do País. Nossas cervejas atendem aos rigorosos critérios de exportação", reforça Patrícia. ♦

Após consultoria do Senai, cerveja goiana chega ao mercado europeu e conquista medalha de platina em concurso internacional

Andelaide Lima

Foto: Alex Malheiros

Primera marca de cerveja artesanal produzida em Goiás, a Colombina agora pode simbolicamente agregar ao seu rótulo a marca Senai, com o que garantiu presença no exigente mercado europeu. Consultoria da instituição da indústria ajudou a empresa goiana a adequar sua fábrica às rígidas normas exigidas para exportação, como a implantação dos programas Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) – ferramentas que asseguram qualidade e rastreabilidade do produto, identificam perigos relacionados à saúde do consumidor e estabelecem formas de controle.

O processo de atendimento aos requi-

sitos legais para exportação do primeiro lote da cerveja para a Europa foi confiado ao Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas, que já havia prestado, em 2016, consultoria à empresa por meio do programa Brasil Mais Produtivo.

A consultoria havia conseguido aumentar em 58% a produtividade da empresa, com as ferramentas de gestão implantadas no setor de envase de cerveja. "A parceria com o Senai é sempre positiva, a instituição tem várias soluções inovadoras para as empresas, com qualidade e custos acessíveis", avalia a empresária Patrícia Mercês, diretora-geral da Cervejaria Goyaz, fabricante da Colombina.

Com essa performance, o Senai foi mais uma vez convocado a entrar em campo na nova missão, agora no comércio exterior. "Ano passado surgiu a oportunidade para exportar, mas precisávamos da adequação às normas europeias. Como



● **LINGERIE** - O casal Jhonathan de Paula e Raquel comemora sucesso de sua indústria de lingerie, fundada em Taquaral há sete anos, com ensaio da grife Emanoella, estrelado pela modelo Keyth Roriz, numa produção clicada pela fotógrafa Daniele Castilho. Com showroom em Goiânia e Brasília, a fábrica exporta para países como Argentina e Portugal. "Mantemos a fábrica no interior, pois a cidade é polo e atrai compradores de vários Estados. No ano que vêm vamos abrir para franquias", anuncia.



● **Empresários Jhonathan de Paula e Raquel: aposta na modelo Keyth Roriz para campanha da grife Emanoella**



● **EDUARDO E CLÁUDIA** - Ex-diretor da Fieg, o empresário Eduardo Zuppani, da Zuppani Industrial, em coquetel na Casa Cor Goiânia, onde sua mulher, a arquiteta Cláudia Zuppani, foi destaque ao montar no 40º andar do Órion Business - palco do evento -, um ambiente que alia vista da capital e natureza, com jardins suspensos. Na foto, o casal com os filhos Marcelo e Júlia. Em julho, ele participou, em Assunção, da Expo Rueda, evento da Câmara de Comércio Brasil-Paraguai. "Há uns sete anos exportamos velas para lá. Agora vamos conquistar novos mercados, com a introdução de nossos produtos de limpeza", adiantou à coluna.

● **CORRIDA E SORVETE** - Trabalhador-atleta dos Correios, Uander Marcos de Paula e Silva venceu a Corrida Sesi - Etapa Anápolis, realizada recentemente. "Já fui tricampeão dos Jogos da Indústria, que movimenta o circuito Goiânia-Brasília", lembrou ele, destacando o apoio à carreira dado por seu pai, Adeverci Venceslau de Paula, que há 27 anos mantém a indústria de sorvetes Jamaica, no Jardim Lageado, em Goiânia, que agora conquista novos públicos com a inclusão do açaí, de vários sabores e coberturas, no mix de produtos.



● **DOE SANGUE, DOE VIDA** - Nova gerente do Sesi Campinas, Mariana Martins Mesquita estreia na coordenação da campanha Doe Sangue, Doe Vida, promovida há 17 anos pela unidade, em parceria do Hemocentro de Goiás. A quantidade de sangue coletada em apenas um dia da campanha é suficiente para atender durante três dias a demanda de 60 hospitais no Estado.

Fotos: Alex Malheiros



● **FESTA JUNINA** - Encerrando o primeiro semestre, o Arraiá da AESFIEG (Associação dos Empregados do Sistema Fieg) reuniu grande número de colaboradores no Sesi Clube Ferreira Pacheco, dia 29 de junho. Entre as muitas atrações, houve concurso de melhor traje caipira, com premiação dos vencedores, e até pôneis para as crianças, como Antônio, neto do presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, e Suely Paranaíba.

● FÁBRICA DE BRINQUEDOS

O grupo Cicopal, indústria alimentícia do dublê de empresário e político Vanderlan Cardoso situada em Senador Canedo, marcou presença como parceiro de várias ações educativas e culturais na capital, a exemplo do espetáculo Fábrica de Brinquedos (foto), da Companhia de Teatro Carlos Moreira, que conta com apoio há sete anos. Durante a maratona de apresentações, produtos da marca Micos, da Cicopal, alegraram crianças de várias escolas. Outro evento de peso da companhia teatral goianiense foi um arraial, festa junina realizada dia 1º de julho, na Rua do Lazer, no Centro, onde a companhia mantém seu teatro e integra projeto de revitalização urbana.

Rodrigo Ealu



● **IMPRESSÃO** - O empresário José Roberto César amplia sua gráfica Tallento Soluções Gráficas, em Aparecida de Goiânia, negócio iniciado pelo pai dele, Antônio José César, e comemora a impressão do livro Rosas Vermelhas, do jornalista e sociólogo Renato Dias, lançada dia 11 de junho, na Assembleia Legislativa de Goiás e que relata a saga de mulheres guerreiras que enfrentaram agruras da ditadura militar, como prisões, perseguições e assassinatos.

● **GREAT PLACE TO WORK** - O presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, Renato Paiva (E) e Marcelo Almeida, da CNI, receberam dia 26 de junho, no Espaço Memoratto, premiação conferida à Confederação Nacional da Indústria (CNI) como melhor empresa para trabalhar no Centro-Oeste, na categoria Média Empresa, em evento promovido pelo jornal O Popular. É a quarta conquista consecutiva.



Silvio Simões



● Wilson Oliveira, André Rocha, Elvis Roberson Pinto, Sandro da Mabel Antônio Scodro, Pedro Alves e Célio Eustáquio: prêmio para sindicatos

OS MELHORES PROJETOS

A primeira edição em Goiás do Prêmio Nacional de Boas Práticas Sindicais teve como vencedores os sindicatos das indústrias de alimentos e de calçados

Dois sindicatos foram os grandes vencedores da etapa goiana da primeira edição do Prêmio Nacional de Boas Práticas Sindicais, iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com as federações estaduais do setor. O Sindicato das Indústrias da Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg), presidido pelo empresário Sandro da Mabel Antônio Scodro, acumulou a primeira e segunda colocações, respectivamente com os projetos Conversando é que a Gente se

Entende! e A Comunicação Fortalecendo a Indústria Goiana. Terceiro colocado, o Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás (Sindicalce), sob comando do empresário Elvis Roberson Pinto, recebeu o reconhecimento pelo projeto Fimec 2018.

Com a premiação, a CNI pretende identificar, valorizar e divulgar boas práticas, de forma a contribuir para a sustentabilidade dos sindicatos empresariais da indústria, resume a assessora sindical da Fieg, Vanessa Barbosa de Almeida Macedo. Num momento em que a reforma trabalhista decretou o fim da contribuição sindical compulsória, acrescenta o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, “os sindicatos terão de demonstrar desenvoltura diferente do passado, com maior oferta de serviços para ampliar sua base, assumindo papel mais ativo e tornando-se

mais representativos, com apoio integral da federação”.

Sob o guarda-chuva da sustentabilidade sindical, a premiação levou em consideração a capacidade de o sindicato



● Vanessa Macedo: contribuição do sistema para promover a sustentabilidade dos sindicatos da indústria

promover a defesa dos interesses do setor que representa, os formatos da comunicação e o relacionamento com associados, a atuação na área de negociação coletiva, a eficiência na prestação de serviço e na gestão interna, a partir de resultados quantitativos e qualitativos, conforme Vanessa. Além dos dois vencedores, participaram ainda dessa primeira edição os sindicatos das indústrias de Alimentação de Anápolis (SindAlimentos), da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sinduscon) e de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás (Sindirepa).



● **Pedro Alves lança o 1º Prêmio Fieg de Desenvolvimento Associativo: estímulo a projetos que permitam ampliar representação sindical**

NOVA PREMIAÇÃO DA FIEG

Seguindo critérios semelhantes àqueles adotados pelo Prêmio Nacional de Boas Práticas Sindicais, mas incluindo a utilização pelos sindicatos das parcerias possibilitadas pelo Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), foi lançado em junho

o 1º Prêmio Fieg de Desenvolvimento Associativo. Aberta a todos os 35 sindicatos do Sistema Fieg, a premiação será conferida trimestralmente, com o primeiro ciclo ocorrendo entre 15 de junho e 14 de setembro e o segundo, de 15 de setembro a 14 de dezembro. Serão premiados os cinco

melhores projetos, que receberão R\$ 2 mil, R\$ 4 mil, R\$ 6 mil, R\$ 8 mil e R\$ 10 mil, pela ordem de classificação. A proposta é estimular os sindicatos a desempenhar sua função de representação das empresas industriais do Estado, segundo Pedro Alves de Oliveira.

As boas práticas premiadas

Sindicato das Indústrias da Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg)

Projeto: **Conversando é que a Gente se Entende!**

Raio X:

- Definir um espaço para as indústrias exporem seus problemas, sem juízo de valores, críticas ou concorrência e assim “encontrar soluções robustas que amparem os participantes na tomada de decisão”.

Como surgiu a ideia:

- Após nos depararmos com alguns problemas que eram comuns às indústrias da base, surgiu a ideia de convidá-las para discutir cada situação a fim de propor soluções que fossem de consenso. Com isso surgiram os Grupos de Trabalho Pessoas, Qualidade e Atomatados, com foco e participantes diferentes dentro da própria empresa.
- No grupo Pessoas, havia a necessidade de o sindicato debater qual conteúdo deveria constar nas convenções coletivas, considerando que, ao todo, eram nove delas assinadas durante o ano e cada uma com suas cláusulas bem diferentes umas das outras. Participam do grupo os representantes da área de Recursos Humanos das empresas e advogados do quadro jurídico do sindicato, da Fieg e das indústrias.
- O grupo de trabalho Qualidade, representado em sua maioria pelos

responsáveis por qualidade na indústria, trata de temas relacionados a certificações e surgiu com a finalidade de apoiar as empresas a melhorar seus processos internos, esclarecer dúvidas sobre o tema e principalmente sobre as legislações e normas técnicas. Fazem parte do grupo as empresas e representantes da Vigilância Sanitária do Estado de Goiás (Suvisa) e da Prefeitura de Goiânia e um representante do Comitê de Qualidade da Organização Internacional de Normalização (ISO, na sigla em inglês).

- O grupo Atomatados, formado pelos responsáveis técnicos das indústrias do setor, responde a uma demanda das próprias empresas que se encontravam, naquele momento, reféns de uma legislação que define a quantidade de fragmentos de pelos de roedores que podem ser encontrados em cada 100 gramas de molho de tomate e ainda os considera risco para a saúde. Isso faz com que os produtos encontrados no mercado em desacordo com a legislação sejam recolhidos (recall) e essa penalidade deve ser divulgada na mídia de grande alcance. Hoje, esse grupo já extrapolou as fronteiras do Estado, pois algumas indústrias de São Paulo também decidiram participar, além da Embrapa Hortaliças, de Brasília, Universidade Federal de Goiás (UFG), Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) e Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia).





Como fazer acontecer:

- O “pulo do gato” nesse projeto foi identificar os parceiros ideais. Por exemplo, a Vigilância Sanitária, universidade, advogados trabalhistas reconhecidamente competentes. Para implantação, foi necessário inicialmente mobilizar o setor para participação e cumprir com o cronograma estabelecido, mantendo os grupos sempre ativos, estabelecendo compromissos para todos os participantes com a cobrança do cumprimento das tarefas e apresentação de resultados. Cada equipe de trabalho criou um grupo de WhatsApp para facilitar a comunicação.

Principais resultados:

- O principal resultado alcançado em todos os grupos foi o reconhecimento da liderança e comprometimento do sindicato

com o segmento da alimentação. No grupo Pessoas conseguimos praticamente padronizar as convenções coletivas, além de adaptar as cláusulas à nova legislação de modo a dar mais segurança para as indústrias nas relações trabalhistas.

- No grupo Qualidade, foi identificada a necessidade de cursos e treinamentos para as indústrias, como o de rotulagem geral e nutricional, alergênicos e ISO 22000. O grupo Atomatados elabora projeto de pesquisa com a UFG com três pilares – Boas Práticas de Fabricação para o molho de tomate, Boas Práticas Agrícolas para a cultura do tomate e avaliação de risco para o fragmento de pelo de reoedor.

Sindicato das Indústrias da Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg)

Projeto: A Comunicação Fortalecendo a Indústria Goiana

Como surgiu a ideia:

- Hoje tudo acontece e se propaga muito rápido através do mundo digital. Pensando nisso, o Siaeg se modernizou para atender às demandas em tempo hábil, suprimindo as indústrias com informações de temas relevantes para a categoria. O sindicato procura estar atualizado e repassar essas informações das mais variadas formas, com o intuito de alcançar um maior número de pessoas.

Como fazer acontecer:

- Foram estudadas as melhores ferramentas que abrangem o maior número de pessoas. O Facebook e Instagram (com uma média de 700 seguidores) agregam um público mais amplo, vão desde os próprios integrantes das empresas até os consumidores.

O Informativo Mensal é publicado em todas as redes sociais, enviado para os quase 2 mil contatos através do E-Goi (e-mail-marketing), contendo artigos relacionados à indústria, informações jurídicas, tributárias, inovação, exportação, além de ações promovidas pelo Siaeg.

Principais resultados:

- Os maiores resultados obtidos têm sido a interação entre sindicato, indústria e consumidores. As empresas têm livre acesso ao sindicato, até mesmo para solicitação de temas a serem abordados. A mídia digital proporciona uma visibilidade diferenciada, demonstrada a partir do interesse das pessoas em seguir o Siaeg. Quanto mais seguidores, maior o alcance das notícias, valorização do trabalho desenvolvido e reconhecimento do papel sindical.



Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás (Sindicalce)

Projeto: Fimec 2018

- Participação na Feira Internacional de Couros, Produtos Químicos, Componentes, Máquinas e Equipamentos para Calçados e Curtumes, realizada entre os dias 6 e 8 de março deste ano, em Novo Hamburgo (RS)

Raio X:

- Atender às indústrias e permitir aos empresários acompanhar as mudanças tecnológicas, suprimindo a necessidade de fomentar negócios e encontrar novos fornecedores, uma vez que essa é a maior feira internacional de couros, produtos químicos, componentes equipamentos e máquinas.

Como surgiu a ideia:

- Surgiu a partir da identificação da necessidade de melhorar a produção e, principalmente, buscar mais qualidade e inovação dos produtos calçadistas em Goiás, em parceria com o Sebrae Goiás, que custeou 50% dessa viagem.

Principais resultados:

- Tivemos um resultado positivo, uma vez que unimos 7% da cadeia calçadista de Goiás e associamos dois industriários e temos a participação de 3% destes em nossos trabalhos e reuniões sindicais.



Fotos: Alex Malheiros

SINVEST

CONFECÇÃO 4.0 - O Sindicato das Indústrias do Vestuário de Goiás (Sinvest) promoveu em junho o 1º Encontro Centro-Oeste – Confeção 4.0, em parceria com o Instituto Senai de Tecnologia em Automação. “Goiás tem uma indústria de confecção reconhecida e valorizada, além de grande oferta de mão de obra capacitada para o segmento. Precisamos agora nos adaptar aos avanços tecnológicos que estão surgindo para produzir cada vez mais e melhor”, disse o presidente do Sinvest, José Divino Arruda (foto), ao destacar as potencialidades do Estado como um dos principais polos de vestuário do País.



4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Especialista em manufatura avançada, o engenheiro mecânico Fernando Moebus (foto), do Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil (Cetiqt/Senai), do Rio de Janeiro, abordou o tema Confeção 4.0, destacando os desafios e os impactos da quarta revolução industrial no setor. “As empresas têm de construir um modelo de desenvolvimento baseado na otimização de processos, na humanização de equipes de alto desempenho, na gestão da inovação e

na conectividade. Esses pilares vão tornar as indústrias mais produtivas e competitivas”, disse. Os participantes do encontro conheceram o laboratório de design de moda do IST Automação e as tendências para o setor.

SIGEGO

VOTE NO IMPRESSO



A Associação Brasileira da Indústria Gráfica (Abigraf Nacional), com apoio da Abigraf Regional de Goiás, presidida pelo empresário Antônio de Sousa Almeida, também presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás (Sigego), lança a cartilha *Vote no Impresso*, material partidário destinado a orientar os candidatos ao longo da campanha eleitoral deste ano. “Esta é uma ocasião ímpar, na qual podemos contribuir com a geração de oportunidades para nossos associados e também levar orientação aos candidatos a respeito da aquisição e utilização de produtos gráficos em suas campanhas”, afirma Antônio Almeida. Aprovada com elogio pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a cartilha detalha didaticamente os pontos principais da legislação eleitoral, mostrando como deve ser a atuação dos candidatos, o que é permitido e o que é proibido por lei, além de incluir dicas sobre como planejar a campanha e regras sobre a produção e aquisição de material impresso.

SINDILEITE

SOB NOVA DIREÇÃO - O empresário Alcides Augusto da Fonseca, da Lactosul Indústria de Laticínios, é o novo presidente do Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás (Sindileite), para mandato até 2021, no lugar de Joaquim Guilherme Barbosa de Souza, agora 2º secretário da entidade. Ele foi apresentado durante reunião mensal de agosto da diretoria da Fieg com sindicatos das indústrias.



● Alcides Augusto, entre Joaquim Guilherme e Pedro Alves: mandato até 2021



SINDQUÍMICA

INTERNACIONALIZAÇÃO - O Sindquímica promoveu reunião entre indústrias de cosméticos interessadas em explorar mercados no exterior, internacionalizando sua operação, e em participar do projeto *Beautycare Brazil*, patrocinado pela Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex Brasil). Além de empresários do setor, participaram do encontro (foto) representantes da ABIHPEC, Apex Brasil, Centro Internacional de Negócios da Fieg (CIN) e do Sebrae Goiás. O projeto, lançado em 2000, promove a competitividade internacional das empresas de produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos.

NOVAS TENDÊNCIAS - Em parceria com o Sinquímica, a Dinaco, empresa de representação comercial, importação e distribuição de especialidades químicas, promoveu em junho, na Casa da Indústria, o workshop *Tendências e Inovações em Hair Care e Skin Care*, destinado a empresas do setor de cosméticos. Entre outros objetivos, destaca Marina Fernandes, diretora de marketing estratégico da Dinaco, o evento promoveu maior aproximação entre a empresa e seus clientes no mercado goiano. A empresa apresentou quatro novas tendências mundiais que se aplicam ao mercado de cosméticos, desde texturas disruptivas para produtos até cosméticos que facilitam uma vida saudável.

CASMIN

PRIORIDADES MINERAIS - A Câmara Setorial de Mineração da Fieg (Casmin), presidida por Wilson Antônio Borges, realizou, dia 24 de julho, reunião prévia de alinhamento dos projetos prioritários de Goiás para execução no período 2019-2022, a serem encaminhados à Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), do Ministério de Minas e Energia, que está em fase de planejamento de projetos de pesquisa geológica dos Estados de Goiás, Mato Grosso e do Tocantins. Do encontro, no Edifício Pedro Alves de Oliveira, participaram representantes de empresas, do Funmineral, do DNPM e da UFG. Ao final, decidiu-se pela elaboração de um documento para a CPRM com as necessidades apontadas pelo setor produtivo, como divulgação de dados relevantes, melhor estruturação dos polos mineradores do Estado, dentre outras atuações estratégicas para fomento da mineração em Goiás.



SINDALIMENTOS

ENCONTRO DE LÍDERES - O presidente do SindAlimentos, Wilson de Oliveira, participou do 4º Intercâmbio de Lideranças Setoriais da Rede Sindical da Indústria (foto), realizado na Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, com presença de 22 presidentes de sindicatos dos setores de alimentos e laticínios de 16 Estados. Também participou do encontro a diretora executiva do Sindicato das Indústrias de Alimentação do Estado de Goiás (Siaeg), Denise Rezende.



● Wanderson Portugal (Sebrae), Sarkis Nabi Curi (CIC/Fieg), Enoque Pimentel do Nascimento (Sindmóveis) e Pedro Silvério: workshop sobre mogno africano

CÂMARA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO

MOGNO AFRICANO - Madeira nobre e de grande potencial econômico para comercialização interna e externa, principalmente na indústria moveleira, o mogno africano foi foco do workshop O Negócio da Cadeia Produtiva Florestal em Goiás. O evento, realizado na Casa da Indústria, foi realizado pela Câmara da Indústria da Construção da Fieg (CIC) e parceiros, como Sebrae, Faeg/Senar, Embrapa e Sindmóveis, que apresentou o Projeto Inovativo da Movelaria Goiana. Goiás desponta como Estado com grande potencial de crescimento para o setor de florestas plantadas, com extensa área territorial e com expressivo percentual de áreas degradadas que podem ser recuperadas com plantios florestais.

SINDIFARGO

SEMINÁRIO SOBRE RASTREABILIDADE

- O Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo) promoveu no dia 2 de julho seminário sobre rastreabilidade, com palestra de Rodrigo Klein, da empresa T2 Software, parceira na realização do evento nas dependências da Faculdade de Tecnologia Senai Roberto Mange, em Anápolis.

CÓDIGO AMBIENTAL

- Representando o Sindifargo, Marçal Henrique Soares participou, no dia 13 de junho, de reunião para discutir a atualização e modernização do Código Ambiental de Anápolis, visando à sustentabilidade ambiental e ao desenvolvimento econômico e social do município. O encontro contou com participação dos secretários municipais Wederson Lopes (Meio Ambiente) e Adriano Baldy (Desenvolvimento Econômico, Agricultura e Turismo).



REGULAÇÃO

- O presidente executivo do Sindifargo, Marçal Henrique Soares, participou no dia 12 de junho de reunião (foto) do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Estado de São Paulo (Sindusfarma) com o secretário-executivo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), Leandro Pinheiro Safatle. O encontro tratou da Consulta Pública da Câmara que estabelece normas relativas ao monitoramento e à liberação dos critérios de definição ou ajuste de preços de medicamentos isentos de prescrição médica, fitoterápicos e anestésicos locais injetáveis de uso odontológico. No dia 20 do mesmo mês, o Sindifargo reuniu representantes da indústria farmacêutica de Goiás para tratar dessa mesma questão.

SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1.121 - Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria - Goiânia-GO, CEP: 74645-230

SINPROCIAMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás

Presidente: Olavo Martins Barros
Fone: (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
sinprociamento@gmail.com

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás

Presidente: Alyson Jose Nogueira
Telefone: (62) 3224-0121/ 3224-0012
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA

Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás

Presidente: Gilberto Martins da Costa
Fone/Fax: (62) 3224-8688
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás

Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
Sindcel.go@gmail.com

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confeção de Roupas para Homens no Estado de Goiás

Presidente: Daniel Viana

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás

Presidente: Sandro da Mabel Antônio Scodro
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás

Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINICAL

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás, Tocantins e DF

Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax: (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Tocantins

Presidente: Leandro Stival
Fone/Fax: (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarn@terra.com.br

SINDCURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás

Presidente: Emílio Carlos Bittar
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindcurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás

Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás

Presidente: Alcides Augusto da Fonseca
Fone: (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás

Presidente: Bruno Franco Beraldi Coelho
Fone: (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDIPAÓ

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás

Presidente: Marcos André Rodrigues de Siqueira
Presidente executivo: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 98422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás

Presidente: Eliton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 3225-9889
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFÉ

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás

Presidente: Jaques Jamil Silvério
Fone: (62) 3212-7473 - Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás

Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax: (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF

Presidente: Flávio Santana Rassi
Fone/Fax: (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG-DF

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal

Presidente: Domingos Sávio G. Oliveira
Fone: (62) 3212-6092 - Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás

Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone: (62) 3223-6515 - Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás

Presidente: Hélio Naves
simeigo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
contato@simeigo.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás

Presidente: Jair José de Alcântara
Fone: (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás

Presidente: Enoque Pimentel do Nascimento
Fone/Fax: (62) 3224-7296
sindmouveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moínhos de Trigo da Região Centro-Oeste

Presidente: Sérgio Scodro
Presidente-Executivo: André Lavor P. Barbosa
Fone: (62) 3223-9703
sindtrigo@gmail.com

OUTROS ENDEREÇOS

SIFAÇUCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano

Presidente: Heitor de Oliveira Nato Neto
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO

Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás

Presidente: Eduardo Bilemjan Filho
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
Rua 74120-110 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3095-5155
contato@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia

Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045
sifaeg@terra.com.br

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás

Presidente: Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno
CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3251-3691
siagoarroz@hotmail.com

SINDICATOS/ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiá, Anápolis/GO - CEP 75113-630
Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3324-5997
fieg.regional@sistemafieg.org.br

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis

Presidente: Wilson de Oliveira
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SINDUSCON ANÁPOLIS

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: Anastácios Apostolos Dagios
www.sindusconanapolisgo.com.br

SINDICER-GO

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás

Presidente: Laerte Simão
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis

Presidente: Jair Rizzi
siva@sistemafieg.org.br

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás

Presidente eleito: Alexandre Baldy
Presidente em exercício: Heribaldo Egidio
Presidente-Executivo: Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis

Presidente: Robson Peixoto Braga
simmea@sistemafieg.org.br

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 36 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

SUA SIPAT FICA MELHOR COM O SESI

Todas as soluções de que sua
empresa precisa em um só lugar.

Incríveis Palestras Show e Stand Ups



Teatros



Aulão motivacional



Odontologia móvel



Minicursos



Espaço Zen



Palestras

Leve Inovação em segurança para sua empresa.

Alguns de nossos temas:

- DST e AIDS • Diabetes, Colesterol e Hipertensão • Tabagismo e Alcoolismo • Drogas
- Dengue, Zika e Chikungunya • EPI e Prevenção de Acidentes • Ergonomia, LER e Dort
- Higiene Pessoal • Saúde Bucal • Meio Ambiente • Gerenciamento 5S
- Qualidade de Vida • Segurança no Trânsito • Combate a Incêndios

Informações:

Goiânia: 4002 6213 | Demais localidades: 0800 642 1313



**MENOS CUSTOS
+ FATURAMENTO
PARA SUA EMPRESA**

**CONHEÇA
NOSSAS SOLUÇÕES:**

**Soluções
sob medida
para sua
empresa**



ANÁLISES DE ALIMENTOS



**CONSULTORIA
EM SEGURANÇA
E PRODUTIVIDADE**



**PROGRAMA
DE CONTROLE
DE ALERGÊNICOS**



VIDA DE PRATELEIRA

O Instituto SENAI de Tecnologia tem a qualidade e a confiabilidade de que sua empresa precisa.

ACESSE

www.senaigo.com.br/institutos